

ROTEIRO HISTÓRICO DE UMA LISBOA AFRICANA

SÉCULOS XV-XXI

Isabel Castro Henriques



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETARIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

ROTEIRO HISTÓRICO DE UMA LISBOA AFRICANA

SÉCULOS XV-XXI



CIRCUITO I

A LISBOA RIBEIRINHA: PODER, COMÉRCIO, LAZER

1. O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém
2. O Porto de Lisboa
3. O Terreiro do Paço hoje Praça do Comércio
4. Os Cais da Cidade e as Relações Sociais e Comerciais



CIRCUITO II

LISBOA DAS COLINAS
E DOS QUOTIDIANOS POPULARES

5. Rossio, Largo de São Domingos e Praça da Figueira
6. Mouraria, Graça, Alfama: Práticas Sociais e Religiosas
7. O Campo de Sant'Ana e a Rua das Pretas. A caminho do Largo de Camões, do Chiado e do Bairro Alto



CIRCUITO III

O BAIRRO DO MOCAMBO,
INVENÇÃO LUSO-AFRICANA

8. Percorrendo o Bairro Alto, Santa Catarina, o Poço dos Negros
9. O Mocambo e as suas Gentes
10. De Bairro a Rua. De Mocambo a Madragoa



CIRCUITO IV

DA LISBOA COLONIAL À LISBOA DA LIBERDADE

11. A Abolição das Escravaturas e a Desvalorização Científica dos Africanos
12. Pelos Caminhos do Império: de Belém ao Bairro das Colónias
13. A Lisboa da Democracia, os Bairros Periféricos, os Novos Africanos





1. De Algés à Torre de Belém



3. De Alcântara a Santos incluindo o Mocambo



5. Da Ribeira das Naus ao Terreiro do Paço





2. Do Mosteiro dos Jerónimos a Alcântara



4. De Santos ao Cais do Sodré



6. Do Terreiro do Paço ao Campo das Cebolas
e ao Convento da Madre Deus



Grande Vista de Lisboa, painel de azulejos
atribuído a Gabriel del Barco, fabricado entre
1700 e 1725, representando a cidade antes do
Terramoto de 1755.

Museu Nacional do Azulejo Fotografia: Ricardo Pereira
(Batoto Yetu Portugal).

ROTEIRO HISTÓRICO DE UMA LISBOA AFRICANA

SÉCULOS XV-XXI

Isabel Castro Henriques



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA A IGUALDADE



*Símbolo de Lisboa: a barca de São Vicente
e os dois corvos protectores do Santo, segundo a lenda
da cidade que remonta ao século XII.*

AS CIDADAS E SUA HISTÓRIA: O ESPAÇO, O TEMPO, OS AFRICANOS

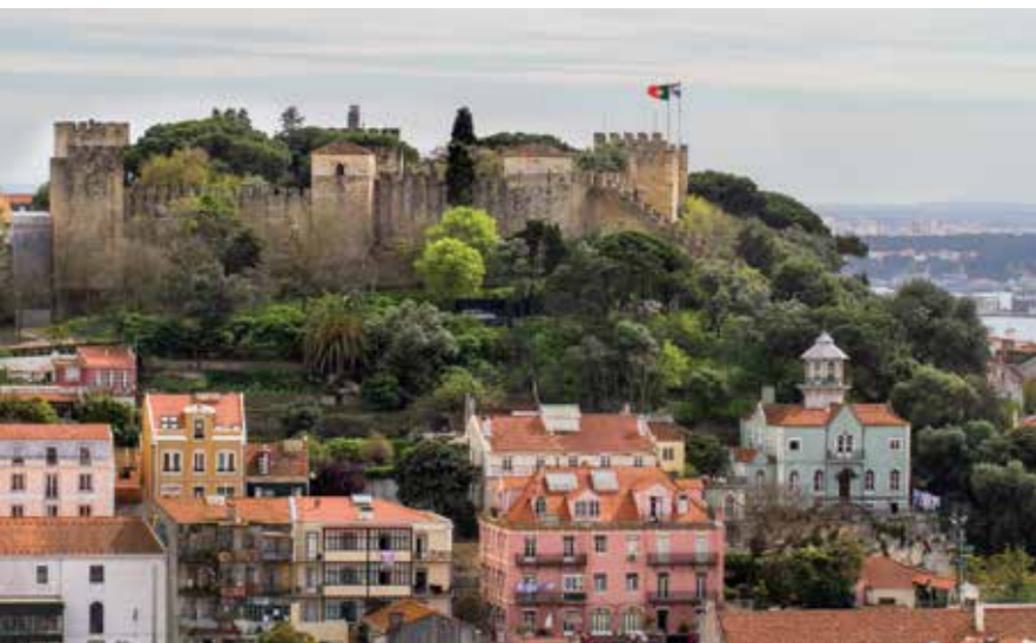
Lisboa, cidade de tantos vales e colinas quantos os mitos que envolvem a sua história e as populações que a inventaram, estende-se ao longo do Tejo, no lugar onde o rio termina o seu percurso por terras ibéricas e mergulha no oceano Atlântico.

Lisboa nasceu na colina do Castelo de São Jorge, onde um povoado da Idade do Bronze deixou os seus vestígios, que cruzaram com muitas outras marcas gravadas por gregos, fenícios, lusitanos, romanos, visigodos, árabes, judeus e cristãos. Um longo caminho de gentes e de culturas, de estórias e de lendas, de deuses e de heróis que, como Ulisses o fundador mítico da cidade - Olisipo - que lhe deve o nome, construíram e reconstruíram este espaço urbano. Se os romanos, dando conta da posição estratégica da cidade desde 195 a.C., a organizaram em torno das actividades ligadas ao mar, construindo numerosos edifícios que permanecem, foram os árabes e os berberes, que a conquistaram aos visigodos e a ocuparam por volta de 714-719, assegurando, de forma irreversível, o desenvolvimento económico, comercial e cultural da cidade, a que chamaram Lisbûna. Durante quatro séculos, a presença muçulmana deixou no espaço da cidade, saberes, práticas, valores mouriscos, mas também patrimónios construídos - muralhas, bairros, casas e ruas labirínticas ainda bem visíveis em certos lugares da velha cidade -, fixando a densidade urbana de Lisboa e a sua vocação comercial e portuária.

Conquistada aos mouros por D. Afonso Henriques, em 1147, Lisboa adquiriu uma nova dimensão política com a instalação da Corte portuguesa, tornando-se em 1256 a cidade-capital do reino de Portugal. Desenvolvimento comercial, aumento demográfico, novos núcleos habitacionais, muralhas, torres e cercas, palácios, conventos, igrejas, edifícios e espaços públicos destinados a diversas actividades, como armazéns, feiras e mercados, deram novo fôlego à cidade medieval, reflectindo o lugar que desempenhava, desde finais do século XIII, no comércio marítimo europeu.

A expansão marítima quatrocentista veio consolidar um já longo processo de vocação marítima da cidade. A abertura do oceano Atlântico, as novidades descobertas, as populações encontradas e as relações estabelecidas fixaram o carácter multicultural de Lisboa que, em 1551, atingia 100.000 habitantes. O poder da cidade assentava nos laços comerciais que mantinha com outros espaços urbanos espalhados pelo mundo, nas Américas, na África, na Ásia, de onde provinham, as mercadorias cobiçadas nos mercados europeus. Ouro e prata, pedras preciosas, pimenta e outras especiarias, drogas, tabaco e açúcar, madeiras, textéis e muitos escravos, a maioria africanos, faziam de Lisboa um lugar de negócios e de riqueza, que atraía muitos e diversos mercadores oriundos do espaço europeu. O país todo rodopiava em torno de uma actividade comercial frenética que gerava dinâmicas de crescimento urbano, económico, agrícola, industrial/artesanal e movimentos populacionais intensos.

A Lisboa quinhentista e seiscentista cresceu, reconstruiu-se, renovou-se, diversificou-se, na arquitectura, na organização e gestão dos espaços, nos quotidianos urbanos, nos sistemas sociais, religiosos, técnicos, culturais, marcados pela pluralidade das gentes e das ideias que chegavam,



Lisboa, o Castelo de São Jorge instalado numa colina que desce até ao rio Tejo.

Fotografia: Shutterstock ©.

circulavam e se fixavam na cidade. A Lisboa dos Descobrimentos transformou-se no grande centro do comércio europeu, marcada pelas construções ribeirinhas que asseguravam o poder político e económico. Do Terreiro do Paço ao Rossio, do Convento da Madre de Deus ao Mosteiro dos Jerónimos e à Torre de Belém, multiplicaram-se grandes construções, como palácios, igrejas, conventos, edifícios comerciais, mas também bairros novos, ruas, praças e espaços públicos assegurando funções diversas, indispensáveis à vida urbana. A grandiosidade arquitectónica manteve-se durante a dominação filipina, tornando-se magnífica e faustosa no século XVII, graças ao ouro do Brasil – quer dizer, ao trabalho escravo africano –, que permitiu grandes e luxuosas construções, mas também a grande obra que foi o Aqueduto das Águas Livres, que veio permitir um abastecimento regular das águas à cidade de Lisboa.

A Lisboa da segunda metade do século XVIII ficou marcada pelo devastador terramoto de 1755. Da reconstrução da cidade, obra do iluminista Marquês de Pombal, salienta-se a Baixa pombalina, que, obedecendo a um plano urbanístico de quadrícula aberta, consagrou a centralidade do Rossio – espaço de encontro, de comércio e de festa – e do Terreiro do Paço, a Praça do Comércio, que manteve a sua vocação fluvial e a sua dimensão política e nacional.

No século XIX, o liberalismo viria a introduzir novas dinâmicas nos quotidianos da cidade, marcadas pela vertente social: a Baixa e o Chiado tornaram-se lugares de lojas, cafés, teatros, livrarias e clubes procurados pelas elites lisboetas, ao mesmo tempo que a abertura da Avenida da Liberdade, em 1879, transferiu a expansão urbana para o interior, afastando-se do Tejo, procedendo-se nessa zona da cidade à instalação de núcleos habitacionais e de edifícios destinados a assegurar o desenvolvimento industrial e comercial da nova urbe oitocentista. A emergência e consolidação do Estado Novo, desde 1926 e até 1974, traduziu-se numa reorganização da cidade marcada pelas ideias nacionalistas de um sistema colonialista e totalitário que optou pela criação de uma Lisboa monumental ao serviço do poder: edifícios públicos, novas urbanizações, grandes construções, simbolizavam o passado glorioso dos Descobrimentos portugueses, legitimando a dureza das relações coloniais e fornecendo o alimento patriótico, destinado a opacizar a violência da miséria e da opressão do regime. Se o desenvolvimento da periferia da cidade, a construção de bairros sociais, algumas importantes obras de engenharia civil marcaram as políticas relativas à reorganização da cidade, foi sobretudo a intervenção na zona de Belém, que pôs em evidência o projecto urbano da Ditadura: a Exposição do Mundo Português (1940), junto ao Mosteiro dos Jerónimos, veio dar a conhecer aos portugueses a justeza e a generosidade das políticas

coloniais do regime, perante a selvajaria dos povos colonizados, trazidos e expostos como animais, para servirem de justificação à tão altruísta e humanitária «missão civilizadora» dos portugueses no mundo. O Portugal democrático, nascido da revolução do 25 de Abril de 1974 abriu as portas a uma modernização do país, que permitiu assegurar novas linhas de intervenção urbana, como a reabilitação de bairros históricos de Lisboa e a valorização dos patrimónios arquitectónico e cultural da cidade. Mas os novos imigrantes africanos continuaram a conhecer os bairros periféricos degradados e os trabalhos duros, e a confrontar-se com novas e velhas formulações de um preconceito secular, reforçado, nas décadas finais do império, pela violência da guerra colonial/luta de libertação nacional, que deixou marcas profundas na população portuguesa.

É neste contexto de vários séculos, de Quinhentos até hoje, que se desenvolve uma longa, constante e continuada migração de populações africanas que, «à força» até aos finais do século XVIII, e depois «pela força» do colonialismo do fim de Oitocentos a 1974, e da globalização dos nossos dias, se foram instalando na cidade de Lisboa.

A presença destas populações sempre diferiu de qualquer outra: a maioria dos africanos não vieram de livre vontade, procurando concretizar projectos próprios como aconteceu com romanos e árabes, mas trazidos pela violência da escravatura, capturados ou comprados em África, para serem introduzidos, despojados de tudo, até da sua humanidade, no extremo ocidental do fragmento ibérico da Europa. Durante séculos desempenharam tarefas indispensáveis, mas também as mais duras e mais desvalorizadas da sociedade. Inseridos em todos os sectores criadores de riqueza, os africanos, escravos ou livres, foram um elemento estruturante da vida urbana portuguesa.

A visibilidade da sua presença apresenta-se hoje marcada por uma grande fragilidade, não só porque a sua integração se fez no quadro das tarefas quotidianas que não deixaram as marcas das grandes obras cuja materialidade lhes permite atingir a perenidade, mas também porque, desconsideradas e rejeitadas, as populações africanas foram sempre transferidas para o espaço do desinteressante, do indesejável, do condenável. Cabe à História recuperar esses percursos das relações humanas e fornecer os elementos indispensáveis à reconstrução do passado, permitindo organizar a memória dos homens e das sociedades, esclarecendo identidades, contribuindo para resgatar conhecimentos capazes de contribuir para estruturar solidariedades, eliminar as fronteiras do preconceito, da discriminação e da exclusão, e promover diálogos inter e pluriculturais criadores de uma cultura da igualdade e da paz.



O casario, o Terreiro do Paço e o rio nos dias de hoje.

Fotografia: Shutterstock ©.

O objectivo deste Roteiro é dar a ver a africanidade de Lisboa, dispersa numa pluralidade de memórias e de vestígios imateriais e invisíveis nos dias que vivemos. A história diz-nos como foi a instalação e a vida de milhares de africanos que durante séculos participaram no processo de construção do facto nacional português. Percorrendo a cidade, munidos do conhecimento histórico, somos surpreendidos pela vigorosa presença africana que invadiu todos os espaços da sociedade lisboeta, reconstruímos uma Lisboa escondida, submersa por um preconceito secular que ainda domina o nosso imaginário colectivo, e compreendemos, com mais clareza, não só comportamentos, valores, práticas que permanecem nos quotidianos urbanos, como também as reinvenções constantes das identidades portuguesa e africana, presentes no país.





CIRCUITO II

CIRCUITO III

CIRCUITO IV

CIRCUITO I

LISBOA



CIRCUITO I

A LISBOA RIBEIRINHA: PODER, COMÉRCIO, LAZER

PERCURSOS:



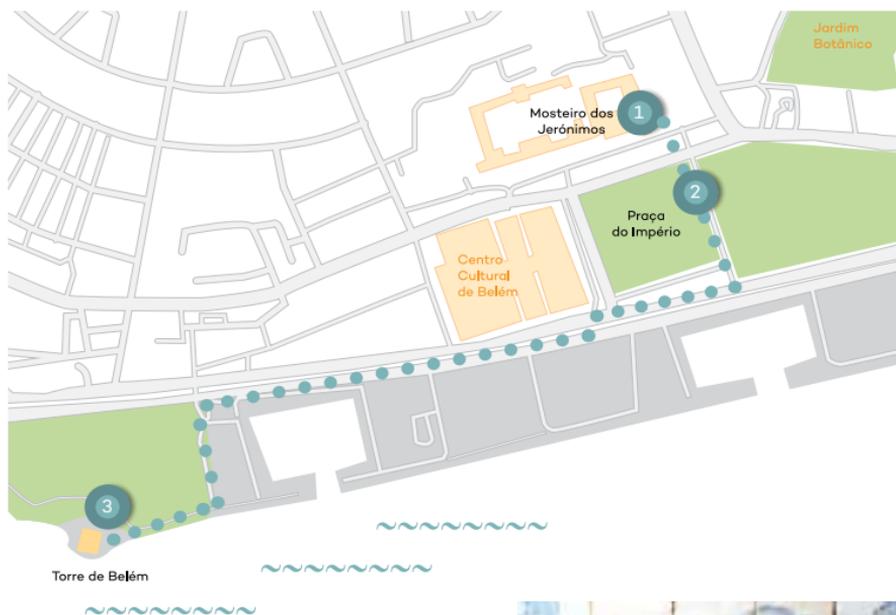


Circuito I

A Lisboa Ribeirinha:
poder, comércio, lazer

1

Percurso 1 : O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém



1 Mosteiro dos Jerónimos

2 Praça do Império

3 Torre de Belém

Pormenor da Grande Vista de Lisboa (1700-1725), mostrando a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e o rio com as caravelas da época.

Fotografia:
Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).



1. O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém



Lugares simbólicos dos Descobrimentos e da epopeia marítima portuguesa, estes dois monumentos construídos nos inícios do século XVI, foram frequentemente utilizados pelos poderes para legitimar projectos políticos e ideológicos, como aconteceu de forma muito intensa durante o Estado Novo. Se marcam o momento fundador de um encontro continuado dos portugueses com os africanos, estão igualmente ligados, pela natureza das relações estabelecidas, ao tráfico negreiro português e à escravização de milhares de africanos retirados à força, durante séculos, dos seus territórios de origem. Hoje, estes sítios de história e de memória tornaram-se espaços de um passado constantemente reinventado, integrados numa cultura turística da cidade, e associando conhecimento e lazer, sem ter perdido a sua dimensão de facto nacional.





Circuito I

A Lisboa Ribeirinha:
poder, comércio, lazer



Vista dos Jerónimos, da Praia de Belém e da Torre de Belém, da autoria de Filipe Lobo (1660), que põe em evidência a actividade social frente ao monumento, onde o chafariz permite constatar a hierarquia das populações urbanas. Brancos a pé ou a cavalo são acompanhados pelos criados pretos, escravos ou forros, enquanto as mulheres - todas brancas - se abastecem de água. À direita, em primeiro plano, pode ver-se uma das muitas vendedeiras pretas ou mestiças que palmilhavam Lisboa de lés-a-lés.

Museu Nacional de Arte Antiga.
Fotografia: José Pessoa. IMC-DDF, IP.



A escultura em pedra, quinhentista, representando o perfil de um africano, integra o Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, permitindo a sua identificação graças às características físicas. Esta maneira de ver os africanos, centrada na leitura fisiognómica do rosto, começou a organizar-se no século XIII, consolidando-se durante séculos e prolongando-se até aos nossos dias.

Fotografia: Luís Pavão. IGESPAR DIDA AF.



O Mosteiro dos Jerónimos, a Praça do Império, o Monumento aos Descobrimentos Portugueses e a Torre de Belém. Os espaços envolventes e o Tejo são sempre lugares de memórias vividas, de circuitos turísticos variados e dos muitos quotidianos reinventados pelas diferentes populações que habitam a cidade dos nossos dias.

Fotografias: Shutterstock ©.



Circuito I

A Lisboa Ribeirinha:
poder, comércio, lazer

2

Percurso 2 : O Porto de Lisboa



Pormenor da **Grande Vista de Lisboa** (1700-1725), centrado na Lisboa ribeirinha, de Alcântara a Santos, ao Cais do Sodré e à Ribeira das Naus.
Fotografia: Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).

2. O Porto de Lisboa



Lisboa estende-se ao longo do Rio Tejo, concentrando as múltiplas actividades ligadas à navegação, à pesca, ao comércio das mais diversas mercadorias, entre elas os escravos africanos importados desde finais do século XV. A zona, designada de Ribeira das Naus, organizava-se, ontem como hoje, junto ao Cais do Sodré, e incluía também os estaleiros de uma importante construção naval que marcou durante vários séculos a economia portuguesa. Lugar de marinheiros, de artesãos, de varinas, de trabalhadores diversos, de muitas origens e culturas, e também de manifestações lúdicas, o porto de Lisboa – expressão que hoje inclui uma extensa fachada que se estende entre o litoral ocidental e oriental da cidade – foi-se transformando ao longo dos séculos em função dos projectos políticos, adquirindo novas valências, perdendo outras, mas mantendo o essencial da sua relação com o rio e com a população lisboeta.



O Porto de Lisboa, gravura quinhentista de Theodore De Bry, representa a margem ribeirinha do Tejo, entre o Cais do Tabaco e o Terreiro do Paço, marcada pelas inúmeras actividades que caracterizavam os cais, onde os africanos desempenhavam as tarefas mais duras da estiva e da navegação. A construção naval constituiu também uma actividade portuária, na qual participavam africanos procurados pelas suas competências técnicas, ligadas sobretudo à carpintaria.

Service Historique de la Défense/Département de la Marine, Paris, 1592.





Circuito I

A Lisboa Ribeirinha:
poder, comércio, lazer



Se o Cais do Sodré continua a ser um lugar de intensa vida urbana – circulação rodoviária, ferroviária, travessia do rio, comércio ambulante, lojas de aprestos marítimos, serviços administrativos e empresariais –, a frente fluvial outrora a Ribeira da Naus, local onde estas eram construídas e lançadas ao Tejo, tornou-se num espaço lúdico de passeio e de descanso, de jardins e de «olhar» as águas, os barcos e a outra margem do Tejo.

O Cais do Sodré no século XVIII. Pintura de Joaquim Marques de 1785, que mostra a intensa actividade fluvial que caracterizava este cais de Lisboa. Podemos identificar uma espécie de orquestra formada por africanos, nos quais também se integra um dos muitos portadores de Meninos-Jesus, que procuram obter esmolas. Um tambor europeu, um instrumento de corda, parente da harpa, três ou quatro pandeiretas revelam a presença africana sempre ligada à música, à dança e à festa.

Museu Nacional de Arte Antiga.
Fotografia: Júlio Marques.



O Cais do Sodré de hoje apresenta outros marcadores, mas o espaço conhece dinâmicas similares.

Fotografia: Carlos Duarte (Batoto Yetu Portugal).



A Ribeira das Naus no princípio do século XX: cerimónia de Lançamento de navio ao mar.

Autor desconhecido.



Hoje a Ribeira das Naus é lugar de lazer dos lisboetas.

Fotografia: Carlos Duarte (Batoto Yetu Portugal).

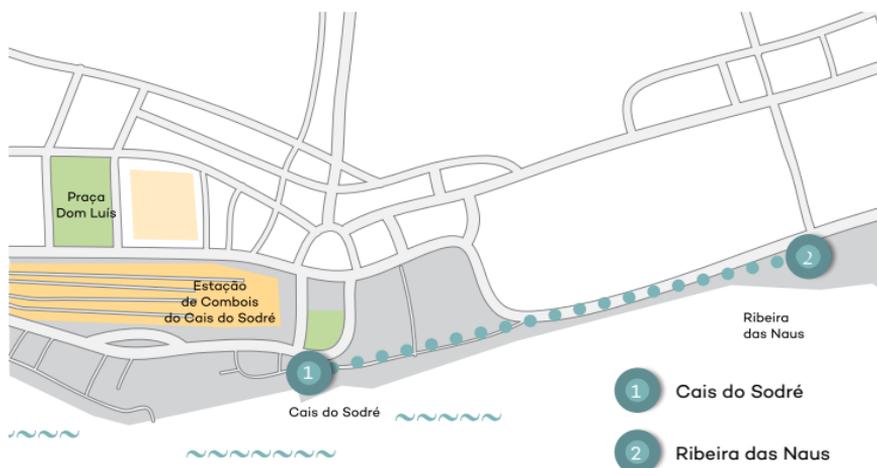


Circuito I

A Lisboa Ribeirinha:
poder, comércio, lazer

3

Percurso 3 : O Terreiro do Paço,
hoje Praça do Comércio



Pormenor da **Grande Vista de Lisboa** (1700-1725), onde se vê o Terreiro do Paço antes do terramoto de 1755, com o Paço da Ribeira à esquerda e a Alfândega Nova à direita.

Fotografia: Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).

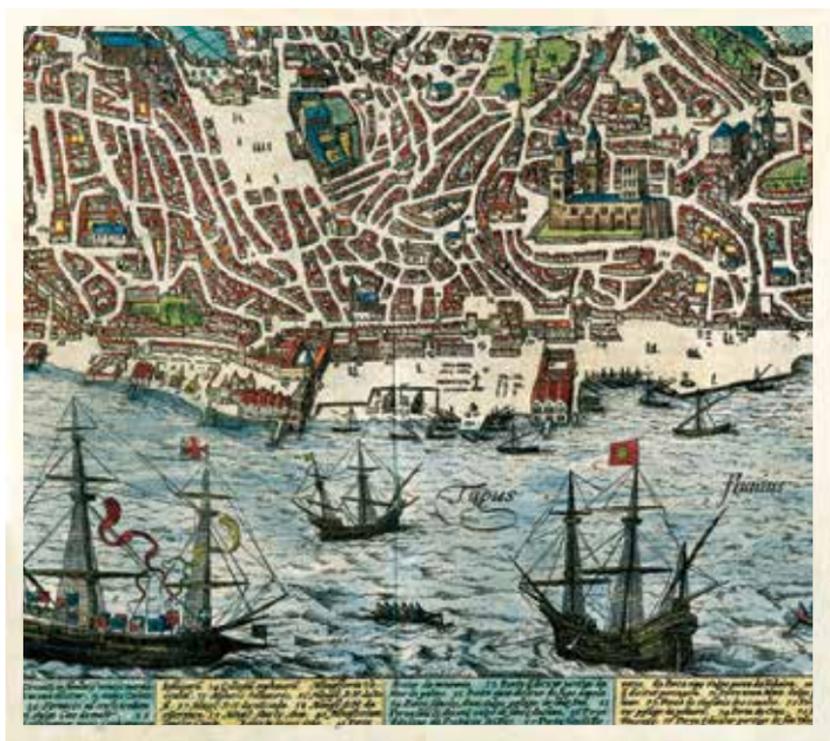
À direita: Pormenor da **Estampa de Lisboa no século XVI** de Giorgio Braunio (1593), que mostra o Terreiro do Paço (nº15), tendo à direita, junto ao rio, a Alfândega de Lisboa, onde se encontrava a Casa dos Escravos, instituição que geria as transações desta 'mercadoria', antes da sua transferência para a Casa da Índia Nova (nº8). Ao fundo, a Porta da Ribeira (nº69) que permitia o acesso ao Largo do Pelourinho Velho (nº12), desaparecido com o terramoto de 1755, de onde saía a Rua Nova dos Mercadores (nº 13), hoje Rua do Comércio. A Sé Velha, à direita (nº79) domina a cidade.

Museu da Cidade-CML. Fotografia: Júlio Marques.

3. O Terreiro do Paço, hoje Praça do Comércio



Coração do poder nacional, a dimensão política da primeira designação que remete para a autoridade real, depois, a partir de 1910, republicana, não esconde a sua vocação comercial que sempre acompanhou este espaço da cidade, apesar das múltiplas transformações urbanas, dependentes das conjunturas, mas também dos acidentes naturais como o grande terramoto que destruiu Lisboa em 1755. Local de sempre das decisões políticas, acolhendo hoje Ministérios diversos, foi o centro da organização e da gestão das actividades económicas – sítio da Alfândega quinhentista onde se integrava a Casa dos Escravos, que depois veio a ter lugar na Casa da Índia –, bem como das manifestações da violência religiosa, de que são exemplo os autos-de-fé da Inquisição que aqui se realizavam na presença de multidões em delírio.





Circuito I

A Lisboa Ribeirinha:
poder, comércio, lazer

Saindo do Terreiro do Paço pela antiga porta da Ribeira, em direcção à Sé Velha construída durante o século XII sobre a antiga mesquita muçulmana, entrava-se no Terreiro (Largo) do Pelourinho Velho, lugar de um mercado onde se vendiam escravos «empilhados no meio do chão, formando um círculo, [...] as cabeças no centro [...] amarrados pelos pés», nas palavras de um viajante italiano, no último quartel de Quinhentos, que os compara a «uma vara de porcos que se afocinhassem na conquista de um lameiro, já pela acção, já pela côr [...]».



Em cima: Grillhetas com corrente e algemas de ferro oitocentistas destinadas a prender os escravos.

Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia: Luísa Oliveira. IMC-DDF, IP.



À esquerda, placa toponímica e pormenor da actual Rua do Comércio, entre as ruas dos Fanqueiros e Madalena, onde se situava o Largo do Pelourinho Velho do século XVI destruído pelo Terramoto de 1755.

Fotografia: Carlos Duarte (Batoto Yetu Portugal).



O Terreiro do Paço nunca deixou de ser o grande espaço urbano dos encontros festivos - culturais, sociais, políticos, religiosos -, sem esquecer a sua vocação ribeirinha, que fez e faz dele ponto de intimidade com o rio, de partida e de chegada através dos circuitos fluviais de grande impacto turístico.



Esta pintura de Dirk Stoop, datada de 1662, representa o Terreiro Paço, registando, a par das actividades fluviais, um formigueiro de gente e de cenas muito diversas, populares, militares, lúdicas, religiosas. Cavaleiros, coches e senhores acompanhados de escravos ou forros, ocupam também a praça. Sublinhe-se a presença de um provável criado negro, portador de uma espada, facto que ao solicitar o olhar do espectador, põe em evidência não só a banalidade dessa presença, mas permite observá-la como uma forma de afirmação social, de poder, de riqueza e de honorabilidade dos portugueses.

Museu da Cidade - CML.
Fotografia: Júlio Marques.



Reconstruída depois do Terramoto de 1755, a praça apresenta hoje a mesma organização pombalina da sua reinvenção, sem no entanto manter rigorosamente a mesma implantação no espaço. À esquerda, o lugar do antigo Paço, ao centro o cais e o rio, à direita, o sítio da antiga Alfândega, onde ficavam as Casas das diferentes mercadorias, entre elas a Casa dos Escravos, hoje o Ministério das Finanças, e as arcadas bem como as margens do rio, que servem de local de lazer dos lisboetas.

Fotografias: Júlio Marques. Shutterstock ©.

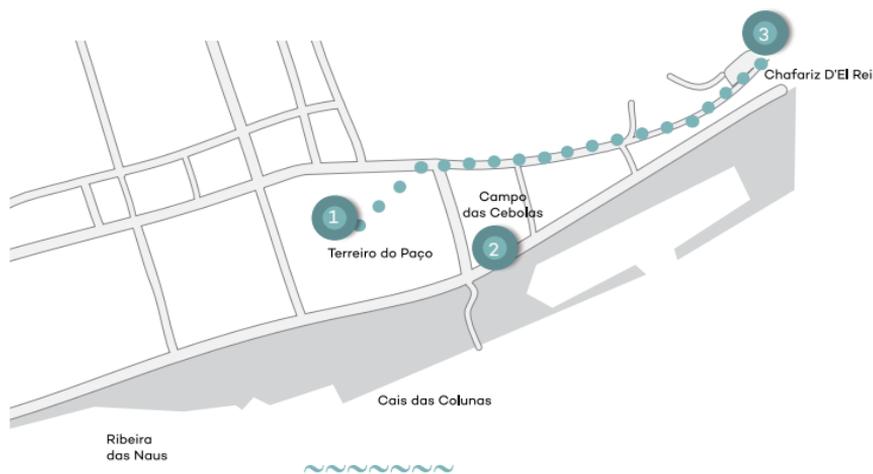


Circuito I

A Lisboa Ribeirinha:
poder, comércio, lazer

4

Percurso 4 : Os Cais orientais da Cidade e as relações comerciais e sociais



- 1 Terreiro do Paço
- 2 Campo das Cebolas
- 3 Chafariz D'El Rei

*Pormenor da **Grande Vista de Lisboa** (1700-1725), mostrando os cais da cidade designados segundo as mercadorias desembarcadas, e o largo da Ribeira Velha, hoje Campo das Cebolas, lugar de grande actividade comercial marcada pela presença africana. Ao fundo, vê-se a Casa dos Bicos e o Chafariz D'El Rei.*

Fotografia: Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).



4. Os Cais orientais da Cidade e as relações comerciais e sociais



A relação íntima da cidade com o rio, via líquida de ligação com o mar vizinho, quer dizer com o mundo, caracterizou-se pelo desenvolvimento das muitas actividades que emergem no quadro dos espaços urbanos marítimos. Os Cais são por isso lugares de trocas múltiplas, de circulação de mercadorias velhas e novas, de negócios mais ou menos lícitos, de gentes nunca vistas, de relações sociais inovadoras que carregam consigo ideias, conhecimentos, comportamentos, valores, que não podem deixar de ser agentes de mudança. As designações dos cais – do trigo, da madeira, da pedra, do sabão, do carvão, da cal – dão conta da importância económica da zona ribeirinha de Lisboa, com uma retaguarda de ruas, de lojas, de mercadores, também de palácios e de muitas igrejas, que não podia deixar de estar associada à mais importante estrutura de distribuição de águas da cidade, o Chafariz d'El Rei, lugar de festa, de trabalho, de vivências múltiplas, integradoras das muitas gentes lisboetas. Se os cais foram os espaços seculares da chegada de africanos, quase sempre escravos, representaram também o local da sua socialização na sociedade portuguesa.





Circuito I

A Lisboa Ribeirinha:
poder, comércio, lazer



O Chafariz d'El-Rey no século XVI, pintura de autor desconhecido, que se supõe datar de 1570-1580, e que se inscreve na linhagem da pintura da época, no Norte da Europa, centrada em cenas urbanas. Se a qualidade pictórica se relewa algo medíocre, em contrapartida põe em evidência a flexibilidade da composição que permite proceder ao inventário das práticas lisboetas, inscritas num espaço limitado atrás pelas construções na velha Ribeira das Naus, sendo o primeiro plano consagrado às actividades marítimas. O quadro concentra uma multidão misturando vários grupos sociais, onde se destaca uma grande quantidade de africanos desempenhando as mais diversas tarefas, transportando água ou calhandras cheias de detritos, descarregando as embarcações acompanhando os



Desenho anónimo da cidade, da primeira metade do século XVI, que apresenta ao centro o Chafariz D'El Rei. Trata-se provavelmente de uma das mais antigas representações de Lisboa e do seu chafariz, que desempenhava um papel central na vida urbana da cidade. Uma postura municipal de 1551 estabelecia as regras de utilização das bicas, segundo o estatuto social e as cores físicas dos utilizadores.

Biblioteca da Universidade de Leiden, Holanda.



Fotografias: Ricardo Pereira e Inês Luz (Batoto Yetu Portugal).

4.



senhores ou sendo levados bêbados para a cadeia. Mas algumas cenas são inusitadas e surpreendentes: um africano ao leme de uma pequena embarcação, enquanto o colega toca pandeireta para tornar mais doce a relação amorosa dos dois passageiros brancos (1); a figura de um escravo na “pista de dança”, à esquerda, carregando uma bilha na cabeça e preso por uma corrente de ferro que liga o pescoço aos pés (4).

À frente: um africano a cavalo com o hábito da Ordem de Santiago (2); no baile, podemos ver um par dançante formado por um homem preto, aparentemente calçado, e uma mulher branca, descalça (3). Às janelas, as portuguesas contemplam o espectáculo, marcado pela música e pela dança.

Associação de Coleções – The Berardo Collection, Fotografia: Júlio Marques.



Circuito I

A Lisboa Ribeirinha:
poder, comércio, lazer

Hoje, os antigos cais e as zonas próximas do interior – tendo a Sé na sua esfera urbana – registam uma multiplicidade de actividades onde permanecem as memórias do passado, como a Rua e o Arco de São João da Praça que nos levam à Praça e Igreja do mesmo nome, lugar de venda de escravos, e as dinâmicas urbanas reinventadas, como o pequeno comércio especializado, a produção artesanal em via de extinção, o frenesim dos mercados, destacando-se o Mercado quinhentista de peixe da Ribeira Velha no cais do mesmo nome (hoje junto ao Campo das Cebolas), os edifícios ligados à alfândega e aos movimentos de importação/exportação, traduzidos em particular nas toponímias: Jardim do Tabaco, Rua do Cais de Santarém, Novo Terreiro do Trigo.



O Campo das Cebolas e o rio.

Fotografia: Ricardo Pereira
(Batoto Yetu Portugal).



*Vista do Cais
do Jardim do Tabaco*

Fotografia: Shutterstock©.



*Travessa
de São João da Praça.*

Fotografias: Ricardo Pereira
(Batoto Yetu Portugal).





O Campo das Cebolas e a Casa dos Bicos.

Fotografia: Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).

Sublinhe-se também o desenvolvimento dos circuitos urbanos e a ligação ferroviária e rodoviária com o interior do país agrícola e sobretudo a vertente inovadora das iniciativas de carácter cultural, que para além das festas populares, põe em evidência a importância desta zona urbana no contexto da cultura lisboeta, como é o caso do novo fôlego atribuído hoje à quinhentista Casa dos Bicos.



Largo do Terreiro do Trigo.

Fotografias: Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).





CIRCUITO I



CIRCUITO II



CIRCUITO III



CIRCUITO IV

LISBOA



CIRCUITO II

LISBOA DAS COLINAS E DOS QUOTIDIANOS POPULARES

PERCURSOS:





Circuito II

Lisboa das Colinas
e dos Quotidianos Populares

5

Percurso 5: Rossio, Largo de São Domingos e Praça da Figueira

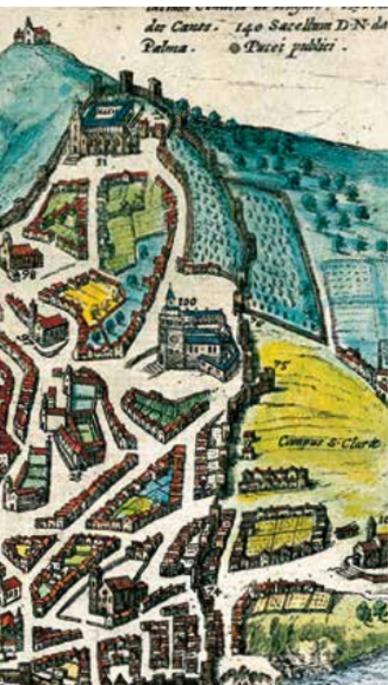




5. Rossio, Largo de São Domingos e Praça da Figueira

Pormenor da Estampa de Lisboa no século XVI (Braunio, 1593), assinalando o amplo espaço do Largo do Rossio, o Convento de São Domingos e o Hospital de Todos-os-Santos, em contraste com o emaranhado das ruas medievais que, das colinas e dos vales, se estendiam para o Tejo.

*Museu da Cidade-CML.
Fotografia: Júlio Marques.*



Ontem como hoje, o Rossio e o Largo de São Domingos são os lugares do encontro preferidos pelos africanos. Se o Rossio era, para todos – incluindo os africanos –, o largo da feira onde tudo se comprava e se vendia, o local onde se podiam encontrar artesãos à espera de clientes, o espaço das muitas festas, das touradas, dos conflitos, das tabernas, do Hospital de Todos-os-Santos em cuja escadaria – se concentravam vendeadeiras africanas –, dos muitos espectáculos como os autos-da-fé da Inquisição, a Praça da Figueira, ao lado, acolhia forasteiros que aí encontravam grandes feiras especializadas onde era possível tocar as produções nacionais e as mercadorias importadas. Entre as duas praças, mas ligado ao Rossio, o Largo e a Igreja de São Domingos foram os lugares onde homens e mulheres de África puderam encontrar, desde finais do século XV, acolhimento e apoio que tornaram menos dura a sua integração na sociedade lisboeta. Inserida no Convento dominicano de São Domingos, a igreja do mesmo nome abriu as suas portas à primeira confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que viria a transformar-se, em Portugal e no seu império, num lugar de devoção e de protecção social de escravos e forros africanos.



Circuito II

Lisboa das Colinas e dos Quotidianos Populares

Hoje, os africanos continuam a fixar-se neste lugar, onde se cruzam línguas, religiões e culturas de África, permanecendo um espaço de religiosidade, que os astrólogos de hoje, descendentes dos “feiticeiros” do passado, continuam a percorrer, anunciando os seus poderes mágicos e distribuindo “cartões de visita”.



Pintura de Zacharie Félix Doumet, de 1806, intitulada «O Menino Jesus, o Aguadeiro e o Dragão Português», representando um africano fazendo um peditório e usando a imagem sagrada, como era corrente nesta época.

*Museu da Cidade - CML.
Fotografia de Júlio Marques.*

*«O Preto caiador no Rocio à espera dos freguezes».
Litografia de Joaquim Pedro Aragão, 1835.*

Museu da Cidade - CML. Fotografia de Júlio Marques.



O Rossio e a Igreja de São Domingos.

Situada no lado esquerdo de um desenho de Zuzarte (1757), representando o Rossio, a Igreja de São Domingos desempenhou desde muito cedo, um papel central na protecção dos africanos lisboetas. Em 1508, D. Manuel à semelhança do que já acontecia com outras confrarias, concedeu “à confraria dos pretos que se faz no mosteiro de S. Domingos” um pecúlio financeiro por cada caravela que viesse da Mina. As intervenções dos confrades africanos junto dos poderes públicos permitiram alcançar direitos tão importantes como o acesso ao estatuto de regateira da cidade para as africanas forras, ou como a inviolabilidade das habitações pelas autoridades policiais, em determinadas circunstâncias. A Imagem mostra, em primeiro plano, o imponente Hospital Real de Todos-os-Santos, destruído pelo terramoto de 1755, bem como as casas assentes sobre arcadas, respeitando as regras do Mediterrâneo. Este dispositivo arquitectónico, que permitia o ensombramento e evitava a chuva, era importante num espaço público, cenário das celebrações litúrgicas e das festividades mais relevantes da cidade ao longo de séculos.

Colecção Particular. Fotografia: Júlio Marques.



O Rossio de hoje.

Fotografia: Carlos Duarte (Batoto Yetu Portugal).



Circuito II

Lisboa das Colinas e dos Quotidianos Populares



O Pai Paulino, de seu nome Paulino José da Conceição, combatente liberal condecorado foi uma figura típica de Lisboa no século XIX, servindo de árbitro nos conflitos em que estavam envolvidos Africanos. Caiador de profissão, toureiro amador, presença constante no Rossio, pertenceu a várias confrarias e foi gaiteiro na Procissão do Corpo de Cristo.

Busto de Faiança de Rafael Bordalo Pinheiro, 1894. Museu Bordalo Pinheiro - CML.



«Preta do mexilhão». Litografia de Manuel Macedo, 1888, Album dos Costumes Portugueses.

Museu da Cidade - CML. Fotografia: Júlio Marques.



O Lugar de Encontro, entre o Rossio e São Domingos.

Fotografias: Júlio Marques, Carlos Duarte (Batoto Yetu Portugal).



Igreja de São Domingos e Rossio.

Fotografia: Júlio Marques.



O Lugar do Encontro em Lisboa. O Largo e a igreja de São Domingos, na sua relação com o Rossio, mantém-se, hoje como ontem, o território escolhido pelos africanos para se concentrarem, qualquer que seja o sexo, a idade, a origem, a religião, a profissão. Se a memória da importância religiosa e social deste lugar na vida dos africanos – escravos e forros – se perdeu certamente, podemos contudo aceitar que o sítio constitui um símbolo dessa presença secular, transmitido de geração em geração. As árvores, aqui como em África, constituem lugares de atracção, já que continuam a ser formas vegetais que abrigam e concentram os espíritos, indispensáveis à religiosidade africana, que se materializa ainda hoje na distribuição de “papelinhos” anunciando consultas capazes de resolver ‘divinamente’ problemas de natureza diversa que afligem os homens. Registe-se, aliás, a maneira como os Africanos, de muitas origens, religiões e culturas, se apropriaram de uma parte do Rossio, colada praticamente à Igreja de São Domingos, utilizando esse espaço como lugar de confraternização entre os vários segmentos étnicos, que constituíam e constituem o núcleo

africano em Lisboa, sob a protecção da autoridade religiosa. A ligação à Praça da Figueira e ao Largo do Martim Moniz marca a importância comercial destes lugares que se foram especializando numa oferta “africanizada” que se estende dos produtos alimentares aos mais diferentes bens de consumo dos livros e revistas aos produtos de beleza e ao vestuário.



O Largo, a Igreja e a árvore de São Domingos, onde se podem hoje encontrar vendedeiras africanas, que aí se juntam, vendem e se protegem do tempo.

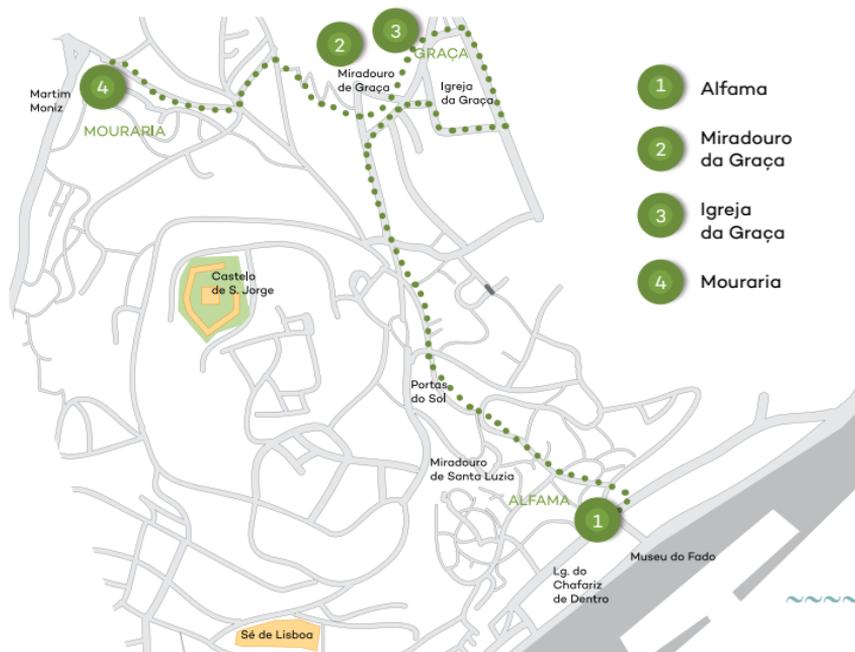
Fotografia: Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).



Circuito II

Lisboa das Colinas e dos Quotidianos Populares

6 Percurso 6: Mouraria, Graça Alfama: Práticas Sociais e Religiosas



6. Mouraria, Graça, Alfama: Práticas Sociais e Religiosas



Seguindo para oriente, em direção à colina da Graça, cruzando a Mouraria e descendo para Alfama, velhos bairros dos mouros medievais, hoje lugares privilegiados do fado, percorridos por caminhos labirínticos marcados pelas presenças seculares de africanos forros, que por ali viviam, por vezes em casa própria, desempenhando tarefas comerciais, artesanais e vendendo os seus serviços também para a limpeza e o abastecimento da cidade.

Vistas da Graça, Mouraria e Alfama, bairros que se estendem até ao rio, onde é possível também ver a colina onde se encarrapita o Convento, a Igreja e o Miradouro da Graça, com o Castelo de São Jorge ao fundo, à direita.

Fotografias: Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).





Circuito II

Lisboa das Colinas e dos Quotidianos Populares



Marujo tocando guitarra. Fardado de marinheiro, este homem mestiço toca uma guitarra portuguesa, função muito estimada pela sociedade portuguesa de ontem e de hoje. Parece terem sido os africanos que introduziram nos meios aristocráticos o gosto pelo fado, tendo a Mouraria concentrado todas as categorias sociais amantes desta canção nacional. Os bairros populares da cidade procuraram manter sempre viva esta tradição portuguesa, que hoje tem direito a museu, em Alfama, e é património da Humanidade.

Desenho aguarelado de Maia, Typos e Trajos de Lisboa, 1845. Fotografia: Júlio Marques.

A Igreja setecentista da Graça, situada no Convento do mesmo nome, foi e é lugar de Nossa Senhora do Rosário, ladeada, como em muitos outros altares que lhe são dedicados em Portugal e no Brasil, por quatro santos negros que sublinham simbolicamente uma relação preferencial da Santa com as populações africanas, visível nas festividades e procissões que lhe eram consagradas e que se realizavam em particular nos velhos bairros da cidade. Eram eventos sempre muito concorridos por africanos, membros ou não das confrarias, como foi caso de uma importante festa do Rosário que teve lugar no dia 1 de outubro de 1730, no adro da igreja do Convento do Salvador, situado no contexto urbano onde se encontram os três velhos bairros lisboetas da Graça, do Castelo e de Alfama: aparato musical, peditórios e danças, muitos africanos de origens diferentes, “de Angola”, “do Congo” e “da Mina”, marcaram a cerimónia religiosa, também social e fortemente ligada às diversas culturas e memórias de identidades longínquas.



O altar da Irmandade do Rosário dos Pretos e os Santos Negros integrados na Igreja setecentista da Graça em Lisboa. O comportamento do clero católico foi frequentemente paradoxal: por um lado apoiou, para manter os africanos longe das instituições religiosas dos brancos e evitar os conflitos provocados por estes últimos, a Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; por outro lado, aprovou a existência de capelas onde santos negros tomavam lugar, velando pela Santa. Trata-se de Santo António de Noto(1) e São Benedito de Palermo (2), ambos santos sicilianos descendentes de escravos, venerados desde meados do século XVI, o seu culto tendo-se instalado em Portugal no início do século XVII. Os outros dois santos são Santo Elesbão (3) (século VI) e Santa Ifigénia (4) (século I), santos oriundos da Etiópia, conhecidos e venerados em particular na Andaluzia, de onde o seu culto terá sido introduzido em Portugal, na primeira metade do século XVIII.

Fotografia: Júlio Marques



«Atitude das Portuguesas na Igreja», intitula-se esta pintura de Zacharie Félix Doumet, de 1806, que mostra o interior de uma capela particular onde rezam várias mulheres. Uma africana negra integra o grupo, sendo difícil identificar o seu estatuto. A imagem permite sublinhar a participação africana na vida religiosa portuguesa.

Museu da Cidade- CML.
Fotografia: Júlio Marques.



Circuito II

Lisboa das Colinas e dos Quotidianos Populares

7

**Percurso 7: O Campo de Sant'Ana
e a Rua das Pretas. A caminho do Largo
de Camões, do Chiado e do Bairro Alto.**



O Campo de Sant'Ana, hoje Campo dos Mártires da Pátria. Vista do jardim onde se situa a estátua de Sousa Martins, em frente ao lugar onde ficava a Praça de Touros até ao princípio do século XX.

7. O Campo de Sant’Ana e a Rua das Pretas. A caminho do Largo de Camões, do Chiado e do Bairro Alto.



Subindo para o interior em direcção ao centro da cidade, mais uma colina que a história regista como lugar de memória dos africanos lisboetas: o Campo de Sant’Ana, hoje Campo dos Mártires da Pátria, que serviu de matadouro de Lisboa no século XVI, mas foi sobretudo como lugar de distribuição de águas – o chafariz de Sant’Ana – nos finais do século XVIII que atraiu mulheres africanas, que desempenharam, durante séculos essa tarefa indispensável à vida urbana. A Rua das Pretas ali ao lado regista essa presença secular, já que o lugar nunca deixou de ser utilizado como espaço de trocas e de negócios, e também de festas, as africanas forras usando as suas casas como estalagens para os muitos forasteiros que por ali circulavam.

No século XIX, o Campo de Sant’Ana foi também lugar de espectáculos de touradas, que sempre suscitaram a adesão dos africanos. Hoje desaparecida, a praça de touros do Campo de Santana, inaugurada em 1831, era um espaço pequeno, quase toda de madeira, sem o tipo clássico dos redondéis hispano-árabes, um arena “brinco de touros”, onde tourearam muitos africanos, entre eles o Pai Paulino, um dos grandes animadores desta praça de touros, figura carismática da Lisboa Oitocentista, que pertenceu a várias confrarias, todas empenhadas em defender os direitos dos africanos. Como acontecia com os membros do seu grupo, foi enterrado numa vala do cemitério do Alto de São João, mantendo-se a tradição que excluía os africanos das formas normais de enterro, modo de proceder que já se registava no século XVI.



«Os pretos em cavalinho de pasta», é uma litografia do século XIX, de Legrand, integrada no Album Touradas, que põe em evidência o gosto africano pela tourada, apresentando elementos que sublinham os laços culturais entre as festas portuguesas, africanas e brasileiras. Museu da Cidade- CML. Fotografia: Júlio Marques.



Circuito II

Lisboa das Colinas e dos Quotidianos Populares

Já no final do século, o Campo de Santana, hoje Campo dos Mártires da Pátria, viria a consagrar-se como local de devoção e de homenagem ao médico português, mestiço, Sousa Martins, a quem o rei D. Carlos chamou «a mais brilhante luz do meu reinado», aquando da sua morte em 1897. Se hoje o local da antiga praça de touros é ocupado pela Faculdade de Ciências Médicas, o centro do Campo de Sant'Ana, ajardinado, é marcado pela estátua de Sousa Martins, que continua a ser lugar de peregrinação de muitos portugueses de variadas origens.



Sousa Martins, figura de renome na sociedade portuguesa, lente a partir de 1872, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, este mestiço, nascido em Alhandra, alcançou reputação de curador de feridas, tanto as psíquicas como as físicas, o que deu origem a rituais levados a cabo por muitos portugueses e luso-africanos vindos de várias regiões do país, destinados a pedir-lhe ou agradecer-lhe a cura para os seus males. A diversidade de objectos que são, ainda hoje, diariamente colocados aos pés da estátua, entre os quais vasos de flores, traduzem, em pleno centro de Lisboa, uma singular religiosidade dos portugueses, que o consideram um taumaturgo.

Fotografias: Júlio Marques.



Descendo a Rua das Pretas – onde habitavam mulheres africanas, como Violante Fernandes, «preta da Mina com casas próprias», instalada na Porta de Santo Antão –, subindo depois a São Pedro de Alcântara, à Igreja de São Roque, encontramos-nos a caminho do Chiado, do Bairro Alto e da Lisboa ocidental.



Fotografias:
Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).



O Largo de Camões, e as Igrejas do Loreto, da Encarnação, das Chagas, que são apenas três dos muitos lugares religiosos que dominam esta zona da cidade, onde o Largo de Camões funciona como o espaço que organiza a ligação do Chiado ao Bairro Alto.

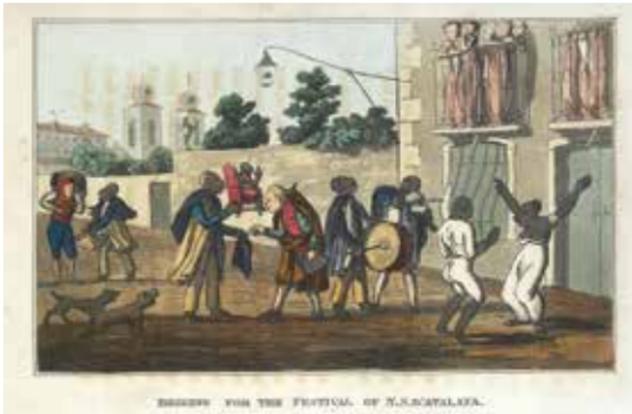
Fotografias: Ricardo Pereira
(Batoto Yetu Portugal).





Circuito II

Lisboa das Colinas e dos Quotidianos Populares



«*Peditório de Nossa Senhora da Atalaia*», é o título desta litografia colorida que põe em evidência a articulação entre a festa, a dança, a música e o religioso: aqui um peditório destinado à Santa. O autor inglês critica a dança africana, o *Lundum*, mas também as portuguesas que da varanda a apreciam. *Sketches of Portuguese Life, Londres 1826. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.*

A igreja dos Mártires foi durante muito tempo um dos lugares mais marcantes da festa do Corpo de Cristo, a mais importante cerimónia religiosa portuguesa. Desta Igreja saía a procissão do Corpo de Cristo para a Sé Patriarcal, fazendo um percurso pela Baixa de Lisboa, que variou ao longo dos tempos. Em 1908, um artigo publicado no *Diário de Notícias* dá conta da longa duração deste fenómeno popular, lúdico-religioso, que adquiriu uma importância singular na vida portuguesa, registando a realização da “procissão do Corpo de Deus na Sé Patriarcal, a que, desde há séculos, anda ligado o tradicional cortejo de S. Jorge. [Se] a procissão não passa hoje do Largo da Sé, o cortejo de S. Jorge (...) conserva porém as coisas mais tradicionais, sobressaindo entre todas elas os cinco pretinhos que com os seus fatos garridos e espantosos executam durante o trajecto nas suas charamelas, aquele “Tá, tará, tá, tá...tá, tá...” que todo o alfacinha aprende de cor desde criança”.



*A Igreja dos Mártires,
no Chiado.*

*Fotografia: Ricardo Pereira
(Batoto Yetu Portugal).*

Os «Pretos de São Jorge». No século XIX, dando continuidade a uma longa tradição secular, os africanos continuavam a ser considerados como particularmente dotados para a música. Esta orquestra dos cinco músicos negros de São Jorge, talhados em madeira, associa os instrumentos de sopro aos de rufo: duas trombetas, uma flauta e dois tambores, salientando-se a exuberância cromática do vestuário assim como o florão azul e branco – cores nacionais de então – dos bicórnios dos músicos. Mas, além de músicos, estas figuras africanas pertencem ao espaço religioso, histórico, simbólico português, pois constituem peças fundamentais da Procissão do Corpo de Cristo, a mais importante festividade religiosa católica, que tinha adquirido uma importância nacional em finais do século XV, obrigando à participação de todas as Confrarias.

*Museu da Cidade, CML.
Fotografia: Júlio Marques*





CIRCUITO I



CIRCUITO II



CIRCUITO III



CIRCUITO IV

LISBOA



CIRCUITO III

O BAIRRO DO MOCAMBO, INVENÇÃO LUSO-AFRICANA

PERCURSOS:



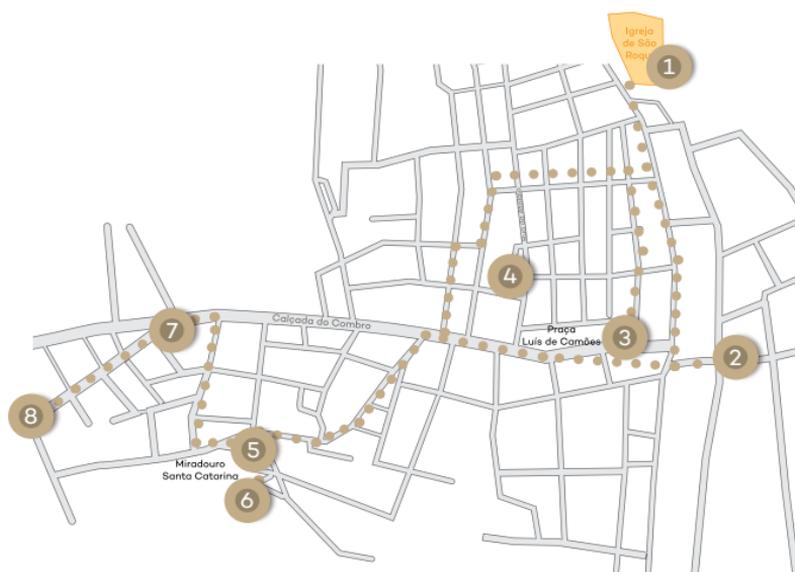


Circuito III

O Bairro do Mocambo, Invenção Luso-Africana

8

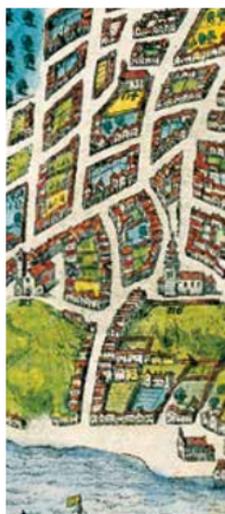
Percurso 8: Percorrendo o Bairro Alto, Santa Catarina, o Poço dos Negros



- 1 Bairro Alto
- Igreja de São Roque
- 2 Chiado-
Igreja dos Mártires
- 3 Largo de
Camões
- 4 Bairro Alto
- Rua da Atalaia
- 5 Igreja de
Santa Catarina
- 6 Miradouro de
Santa Catarina
- 7 Cruz de Pau (Largo
Dr. António Sousa
Macedo)
- 8 Rua e Travessa
Poço dos Negros

Pormenor da Estampa de Lisboa no século XVI de Giogio Braunio que põe em evidência o Bairro Alto, a igreja das Chagas e a colina que se estende até ao rio, com hortas e pequenas habitações. À esquerda, vê-se a igreja e a freguesia de Santa Catarina, construída em finais do século XV, sobre a colina do mesmo nome, que dominava o Tejo e o movimento naval, atraindo para o local ricos oficiais das carreiras de África e da Índia, que aí fixaram morada no século XVI.

Museu da Cidade - CML.



8. Percorrendo o Bairro Alto, Santa Catarina, o Poço dos Negros



Palácios, igrejas, mosteiros e conventos, mas também quintais e hortas e estruturas produtivas da cidade – atafonas e fornos, olarias e pedreiras – e ainda as estalagens para acolher os viajantes, as tabernas e as casas das “mulheres públicas”, algumas geridas por mulheres “pretas forras”, constituem a trama urbana desta zona de Lisboa, onde desde os finais do século XV se foram cruzando continuamente muitas gentes e muitas culturas. É desta época a construção do Bairro Alto para acolher as diferentes populações ligadas às actividades comerciais que se instalavam na cidade. As ruas e as ruelas do Bairro, que ainda hoje permanecem no emaranhado do passado, como a rua do Norte, a Rua da Rosa, a Rua das Gáveas onde “Bárbara Fernandes, mulher preta [vivia e alugava] em casas suas, avaliadas em 20.000 réis”, ou a rua da Atalaia, onde “Madalena Magra preta, [tem] casas suas avaliadas em 40.000 réis”, eram já, no século XVI, lugares de trocas de toda a natureza, de muitas profissões e actividades, onde se estabeleciam carpinteiros, pedreiros, lavadeiras, pretos, brancos e mestiços.





Circuito III

O Bairro do Mocambo, Invenção Luso-Africana

Zona de intensa actividade económica e comercial, o Bairro Alto era também lugar de vida social e religiosa, onde não faltavam os africanos. As igrejas desempenhavam um papel central nas muitas festividades religiosas, que por aqui se realizavam, marcadas pela música, pela dança e pela festa introduzidas pelos africanos.



Ruas do Bairro Alto, descendo para Santa Catarina.

Fotografia: Carlos Duarte e Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).



Se a Igreja de Santa Catarina é um marco religioso e social importante da cidade, é também um lugar de referência na história dos africanos, em Lisboa. Passando a igreja, em direcção à Porta da cidade, para oeste, encontrava-se logo a Cruz de Pau, o sítio dos castigos infligidos aos escravos. Aí começa hoje a Rua do Poço dos Negros e se situa a Travessa do mesmo nome, local onde em 1515 D. Manuel I terá mandado construir o «Poço dos Negros», – pois existem outras interpretações sobre esta construção que teria sido um poço de água destinado aos religiosos de veste negra instalados na zona –, para que aí fossem lançados os «escravos que falecem nessa cidade [...] e que a maior parte se lançam no monturo que está junto à Cruz [de Pau]» ficando «descobertos [...] e que os cães os comem», o rei dando indicações precisas sobre a maneira de fazer para “combater os miasmas pútridos”. É pois possível compreender que se começasse a desenhar um espaço destinado aos Africanos, cada vez mais numerosos, situado nessa zona, já fora de Lisboa, mas na sua proximidade.

Igreja de Santa Catarina e Retabete de Nossa Senhora do Rosário. De autor desconhecido, datada dos finais do século XVI, inícios do século XVII, esta pintura representa um casal de africanos – muito provavelmente casados segundo os rituais católicos – a orar à Santa, vestidos, tendo a mulher a cabeça tapada, como foi corrente em Portugal até ao século XIX. Se o casamento era um fortíssimo marcador social e religioso – na relação divina com os antepassados – das sociedades africanas, o matrimónio católico, adoptado por muitos africanos, permitia-lhes adquirir não só um estatuto reconhecido pelos portugueses, mas também um espaço sagrado onde a manipulação do divino através dos rituais religiosos, lhes garantia uma constante ligação aos seus cultos ancestrais

Igreja de Santa Catarina.
Fotografia: Júlio Marques.





Circuito III

O Bairro do Mocambo, Invenção Luso-Africana

A Cruz de Pau situava-se no local onde é hoje o pequeno Largo Dr. António de Sousa Macedo, que assegura a ligação entre as duas ruas cruzadas pelos eléctricos. À esquerda, fica a Rua do Poço dos Negros, de onde sai, à direita, a Travessa do mesmo nome, local da provável existência do Poço dos Negros, que dá o nome à zona.



Fotografia: Carlos Duarte (Batoto Yetu Portugal).



*Encontro de africanos
na Rua Poço dos Negros.*

Fotografia: Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).



*Fotografia:
Carlos Duarte (Batoto Yetu Portugal).*



Fotografias: Carlos Duarte (Batoto Yetu Portugal).



Circuito III

O Bairro do Mocambo, Invenção Luso-Africana

9

Percurso 9: O Mocambo e as suas gentes



*Pormenor da **Grande Vista de Lisboa** (1700-1725). Neste fragmento do silar pode ver-se como o Mocambo se integrava na rede das ruas, largos, becos e caminhos, assinalados também pelas colunas de fumo das olarias que ali teriam funcionado. Sublinhe-se a situação do bairro, dentro e fora da cidade, bem como a proximidade de um grande número de comunidades religiosas – extintas em 1834 –, como as de Santa Brígida (Inglezinhas), de Nossa Senhora da Esperança, de São Bento, da Estrela, das Bernardas e de Nossa Senhora da Soledade ou das Trinas.*

Fotografia: Carlos Monteiro; IMC-DDF, IP.

9. O Mocambo e as suas gentes



Criado por alvará régio de 1593, seguido de outro de 1605, o bairro do Mocambo era “o segundo dos seis bairros em que Lisboa estava organizada, compreendendo então as freguesias de Santos-o-Velho, Santa Catarina, S. Paulo, N. S.^a. do Loreto e Chagas”. Mais tarde, outro alvará régio datado de 25 de Março de 1742 assinala os “doze bairros” que organizam a cidade de Lisboa, sendo o décimo segundo designado “Bairro do Mocambo “e compreendendo as “freguesias de Santos e de Nossa Senhora da Ajuda, com os logares de Alcântara e de Belém” e os “julgados de Barcarena, Algés e Oeiras”. Saliente-se que desde os finais do século XVI, esta zona ocidental da cidade foi procurada para morada de ricos oficiais das carreiras de África e da Índia, juntando assim palacetes, conventos e o Mocambo, a instalação dos africanos, que fornecia a mão-de-obra doméstica procurada pela população abastada da zona. Hoje, o lugar do Mocambo corresponde ao bairro da Madragoa.





Circuito III

O Bairro do Mocambo, Invenção Luso-Africana



*A Rua das Trinas
com vista para o Tejo.*

*Fotografias: Ricardo Pereira
(Batoto Yetu Portugal).*

Mocambo é uma designação singular e inédita de um bairro – cremos que único na Europa – que recorre a um termo de raiz africana para o assinalar, significando em umbundo, língua de Angola, ‘pequena aldeia, lugar de refúgio’, como aliás o termo sinónimo quilombo, na língua quimbundo, que também pertence à esfera das línguas angolanas.

Se o substantivo assenta na ideia da existência dos negros fugidos, que se instalam no mato, isto é, em território não controlado pelos proprietários, construindo aí as suas habitações e adquirindo a liberdade, o Mocambo de Lisboa que, segundo Raphael Bluteau (1716), era “antigamente [...] sítio de uma quantidade de casinhas de pescadores e negros”, como aquelas a que “no Brasil chamam

...aldeias de uns negros repartidas em choupanas, [chamadas] mocambos”, integrava oficialmente a cidade, a designação pondo em evidência o aumento significativo da população africana na capital e a necessidade de criar um espaço para a sua instalação.





Situado nos arrabaldes de Lisboa, o bairro do Mocambo deve ser considerado como uma organização simultaneamente criada pelos africanos, sobretudo livres ou forros, e pelas autoridades portuguesas – ou castelhanas – que a aprovaram, pois permitia ela descongestionar a cidade. As populações africanas procuraram aí encontrar uma habitação autónoma – sem que conheçamos com rigor a propriedade e a arquitectura do espaço –, que podia acolher escravos, à revelia das normas legais, permitindo-lhes uma vivência marcada por algumas práticas culturais africanas, em particular os rituais, religiosos ou sociais (nascimento, casamento, morte, parentesco) que podiam preservar e respeitar, longe do olhar crítico e redutor dos portugueses.

Fotografias do Convento das Trinas, que foi no século passado o Instituto Hidrográfico Nacional. Em baixo um dos muitos Palácios da zona: Palácio de Santos-o-Velho, antigo Palácio dos Marqueses de Abrantes, hoje Embaixada de França.

Fotografias: Inês Luz e Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).





Circuito III

O Bairro do Mocambo, Invenção Luso-Africana



*Convento da Esperança, hoje
Museu da Marioneta.*

*Fotografia: Ricardo Pereira
(Batoto Yetu Portugal).*



*Convento das Inglesinhas,
hoje Instituto Superior de
Economia e Gestão.*

*Fotografia: Ricardo Pereira
(Batoto Yetu Portugal).*

O estudo das fontes escritas portuguesas ou estrangeiras, de algumas obras plásticas ou de outros documentos iconográficos mostra o vai-e-vem desses homens e mulheres africanos, escravos e livres, que trabalhavam na esfera doméstica das famílias portuguesas ou na cidade, desempenhando as mais diversas tarefas urbanas. Sublinhem-se as tarefas essenciais à higiene e manutenção dos espaços públicos – varredores, caiadores, calhandreiras, distribuidoras de água –, mas também o aprovisionamento de bens aos lisboetas, tarefa sobretudo feminina: o comércio de rua e de porta fornecia bens alimentares, produtos agrícolas, bens de consumo como o carvão e o pescado, vendido por regateiras, brancas, pretas, mulatas, que corriam Lisboa de ponta a ponta. Às actividades masculinas ligadas ao mar, da marinharia à construção naval e à pesca devem acrescentar-se os muitos outros ofícios que eram desempenhados pelos africanos, como os fornos de ferraria, instalados na cidade e arredores, as olarias situadas na periferia do bairro do Mocambo, mas também os trabalhos do ferro, do couro, da madeira, da tecelagem e mil outras tarefas que a vida urbana exigia.



Muitos são os documentos iconográficos que dão conta da realidade africana no trabalho, pescando, vendendo, caçando, transportando a calhandra dos detritos recolhidos. Gravuras, pinturas, azulejos, cerâmicas relatam essas actividades.

Estampas: Museu da Cidade-CML;
Azulejos: Fundação das Casas de
Fronteira e Alorna. Fotografias: Júlio
Marques.





Circuito III

O Bairro do Mocambo, Invenção Luso-Africana

A partir do século XVII, o Mocambo assistiu à instalação progressiva de população portuguesa ligada às actividades do mar. Pouco a pouco, os africanos foram abandonando esse espaço urbano, sobretudo após as medidas pombalinas que decretaram a proibição da importação de escravos (1761) e a abolição da escravatura em Portugal (1773). O desenvolvimento urbano do Mocambo segue-se ao terramoto de 1755, como resultado da destruição das zonas baixas da cidade: os africanos que permaneceram forneciam a mão-de-obra barata para o trabalho fabril decorrente da multiplicação de fábricas na periferia norte e noroeste da cidade, até desaparecerem e com eles a designação do bairro.

Sublinhe-se, no entanto, que o bairro deve ter mantido alguma importância na memória dos africanos, pelo menos daqueles que se reconheciam como oriundos de Angola e do Congo, pois que, por volta de 1880, “a casa [onde] se alojou a Rainha do Congo, D. Amália I, com a sua comitiva, quando se deslocou a Portugal para conhecer e prestar vassalagem ao seu senhor e soberano, o Rei de Portugal”, situava-se precisamente na “Travessa do Outeiro, à Rua da Bela Vista à Lapa...”, onde decorriam festas africanas anunciadas e rotuladas de «assombrosas» nos periódicos lisboetas. *O António Maria*, 1882. Hemeroteca Municipal - CML.



GRANDE SUCESSO
Domingo 17 de Setembro de 1882
ASSOMBROSA FESTA
Na Travessa do Outeiro á Rua da Bolla Vista á Lapa
ACCLAMAÇÃO E COROAÇÃO
DA NOVA RAÇA DO CONGO, MARIA KRALLI 1.^a
Grande festa da corte do Congo
Para comemorar tão feliz e grandioso dia



A corte procurando dar a esta festa o esplendor que requerem tais actos, não se teve pouqdo, pelo que haverá sessenta de maratras, acção de ballet, balço-mas, concerto de marcha honorifica, commedias, etc. terminada por esplendido baile.

Convidam-se todos os portuguezes e os que o não sejam a tomarem parte n'essa festa, acompanhando assim os laços de amizade e fraternidade com os vassallos da nova raça.

PRINCIPIA A'S 8 E MEIA



*Anúncio da «Assombrosa festa»,
publicado no periódico O António
Maria, 1882.*

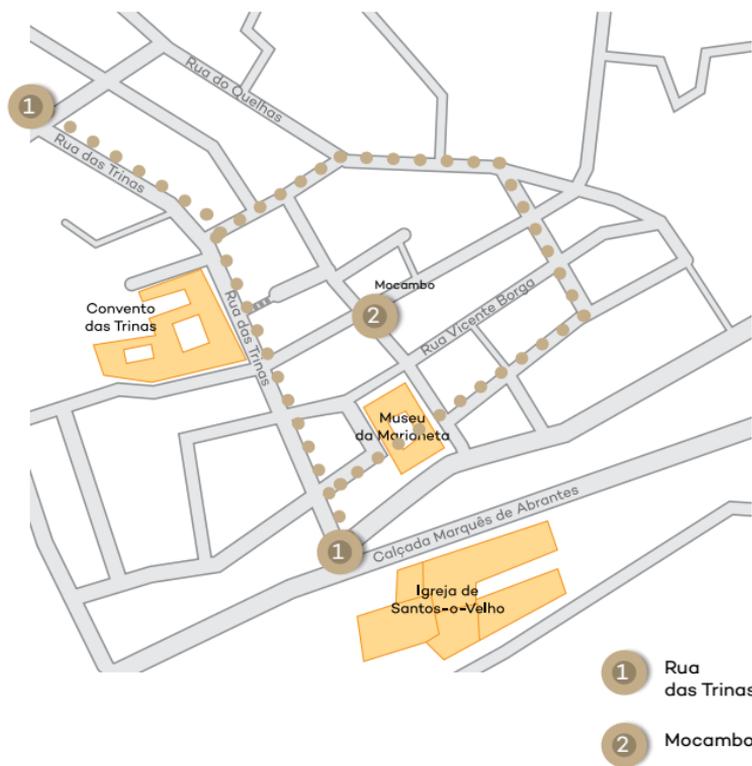


Circuito III

O Bairro do Mocambo,
Invenção Luso-Africana

10

Percurso 10: De Bairro a Rua.
De Mocambo a Madragoa



10. De Bairro a Rua. De Mocambo a Madragoa



Se referências seiscentistas ao estatuto social do bairro permitem avaliar esse processo de mudança, dando conta da sua desvalorização – passando “de um dos melhores lugares dos subúrbios de Lisboa” a lugar referido pela sua “sujidade” e pelo aparecimento de “epidemias”, em meados de Oitocentos (Júlio Castilho) –, a cartografia lisboeta mostra a evolução do bairro do Mocambo, a sua redução a rua e depois a travessa, e a sua transformação num bairro popular da Lisboa actual, que guarda a ligação ao mar nas memórias e nas práticas festivas.



Vista, Perspectiva e pormenor da Barra da Costa e Cidade de Lisboa, da autoria de Bernardo de Caula, representa Lisboa em 1763. Trata-se de um desenho à pena e aguadas de tinta sépia e cinza em duas folhas coladas, que “estende” a cidade da Torre do Bugio até ao Palácio do Patriarca (Palácio da Mitra). Ao identificar, com correspondência numérica, 105 topónimos, a carta permite uma leitura de Lisboa muito pormenorizada: saliente-se a legenda n.º 58, que designa “As Tercenas B.º do Mocambo”.

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.





Circuito III

O Bairro do Mocambo, Invenção Luso-Africana

A situação social do Bairro modificar-se-ia de novo em meados do século XIX, a alteração das designações toponímicas sendo um reflexo significativo dessa transformação. Os documentos cartográficos de que dispomos dão conta da desaparecimento do bairro e da existência de uma “Rua das Trinas do Mocambo”, dando lugar – provavelmente na segunda metade do século XIX – à actual Rua das Trinas, local do velho convento seiscentista “das Trinas ou de Nossa Senhora da Soledade do Mocambo”. Nesse período já o bairro seria a Madragoa, designação cuja história é ambígua: derivada de “Madre de Goa”, designação do Convento local das Madres de Goa, ou de “Mandragam”, nome de uma aristocrata madeirense que ali teria casa.



Mapa de Lisboa Oitocentista e pormenor da rua do Mocambo. Mapa de origem alemã, datado de 1844, que segue a matriz de uma carta inglesa de 1833. O pormenor desta carta topográfica permite a visão plena da Rua das Trinas do Mocambo, integrada no espaço das Trinas, que regista a passagem do Mocambo de bairro a rua, pondo em evidência a perda da sua importância urbana.

Gravura de Joseph Meyer. David Rumsey Map Collection, EUA.



Registe-se o facto de, entre 1911 e 1924, segundo Norberto de Araújo, esta “«Rua das Trinas: Mocambo velho» ter sido denominada Rua Sara de Matos, até 1937”, data em que “se repôs na artéria a designação original”, Rua das Trinas, que assinala a história e a memória religiosa do lugar, mantendo no esquecimento a designação africana de um passado secular e a natureza inédita do bairro do Mocambo, “um dos bairros mais frequentados e populosos da Capital” (Júlio Castilho, 1893).



Fotografias actuais das ruas da Madragoa, - antigo Mocambo -, bairro popular ligado ao mar, aos Conventos e aos Palácios de Santos-o-Velho – alguns dos quais são hoje instituições do Estado ou embaixadas –, e de muitos outros lugares onde se cruza uma complexa história social da cidade de Lisboa.

Fotografias: Ricardo Pereira e Carlos Duarte (Batoto Yetu Portugal).



CIRCUITO I



CIRCUITO II



CIRCUITO III



CIRCUITO IV

LISBOA



CIRCUITO IV

DA LISBOA COLONIAL À LISBOA DA LIBERDADE

PERCURSOS:



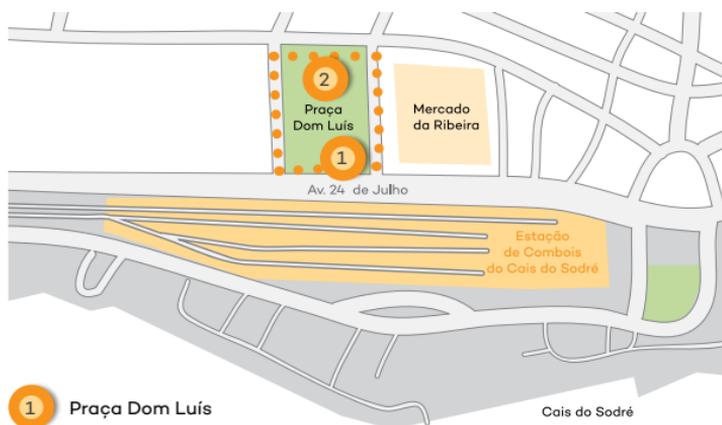


Circuito IV

Da Lisboa Colonial
à Lisboa da Liberdade

11

Percurso 11: A Abolição das Escravaturas e a Desvalorização Científica dos Africanos



1

Praça Dom Luís

2

Estátua do Marquês de Sá
da Bandeira com Fernanda
do Valle



11. A Abolição das Escravaturas e a Desvalorização Científica dos Africanos



Se o último quartel do século XVIII ficou marcado pelas medidas do Marquês de Pombal, destinadas à proibição de importar escravos para Portugal (1761) para que não fossem desviados do Brasil onde eram indispensáveis ao desenvolvimento económico, e também à abolição da escravatura no país (1773), o século XIX conheceu a intervenção do Marquês de Sá da Bandeira e dos seus decretos, redigidos e aprovados entre 1836 e 1869, destinados a abolir, primeiro, o comércio negreiro, depois a escravatura, em todos os domínios portugueses. Mas na sociedade portuguesa, onde a lei reconhecia aos africanos um estatuto de liberdade, estes sendo teoricamente portugueses, a consolidação secular da

imagem do africano como ser *naturalmente* escravo dificilmente permitia encarar a alteração do seu estatuto. Esta desvalorização dos africanos reforçou-se sobretudo nos vinte anos finais de Oitocentos, em consequência de novas realidades teórico-ideológicas e político-militares, que marcaram as relações com a África, preparando a dominação colonial do século XX.

A Lisboa da modernidade, que emerge depois do terramoto de 1755 e das reconstruções pombalinas, revela a sua trama urbana, nos monumentos, nas construções habitacionais, nas oscilações históricas complexas que marcaram os séculos XIX e XX.

Carta Topográfica da Cidade de Lisboa, de Filipe Folque, 1871. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.



Circuito IV

Da Lisboa Colonial
à Lisboa da Liberdade

Oliveira Martins, pensador e intelectual português, inserido nas correntes científicas europeias, que demonstravam ser o crânio um dos elementos físicos mais aptos a permitir o conhecimento do homem e a organizar grelhas classificatórias, chamou a si, em 1880, a tarefa de demonstrar cientificamente “a inferioridade congénita dos negros” e o absurdo da sua educação. O reforço da oficialização da inferiorização dos africanos, considerados os parentes próximos dos grandes macacos, numa linha corrente na Europa, assentava pois numa evidência ‘científica’, que recuperava e confirmava a sua longa zoomorfização.



Macaco, de Rafael Bordalo Pinheiro. Muitos foram os macacos então produzidos em cerâmica ou em outras matérias, suportes e técnicas, pois estes primatas, estudados já pelos anatomistas do século XVIII, inscreviam-se, embora por analogia, nos juízos científicos dos discípulos de Darwin, substituindo Deus na origem do homem e permitindo identificar os caracteres físicos que asseguravam o parentesco com os africanos. Museu Bordalo Pinheiro - CML.





Homens e mulheres, portugueses cuja origem africana sobressaía no somático, revelam-se nas mais diferentes tarefas e profissões. Muito criticados por diferentes grupos sociais, que estabilizaram os estereótipos negativos que pesavam sobre os africanos, os mestiços, considerados mais pretos que brancos, puderam reforçar a sua posição, nos séculos XIX e XX, mesmo sob a desclassificação geral da sociedade portuguesa. Do Pai Paulino a Fernanda do Vale (a Preta Fernanda), a Honório Barreto, a Sousa Martins, a Gonçalves Crespo, a Costa Alegre, a Virgínia Quaresma e outros muitos intelectuais e grandes profissionais de Novecentos, podemos verificar, observando as suas práticas e as suas reflexões, quão importante foi a sua contribuição para a vida colectiva do país.

Domingos Caldas Barbosa, padre, poeta, músico, criador das modinhas brasileiras, mais tarde associadas à morna cabo-verdiana e ao fado português, este mestiço de origem brasileira foi a personagem central de uma violenta polémica literária que envolveu Bocage, que no último quartel de Setecentos o insultou de forma preconceituosa e racista devido às suas características físicas. Litografia de 1851.

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.



Estátua do Marquês de Sá da Bandeira, de Giovanni Ciniselli, que representa uma das grandes decisões do Marquês de Sá da Bandeira, a abolição do comércio negreiro português e da escravatura. O pormenor revela a figura de uma mulher (cujo modelo terá sido Fernanda do Valle, uma portuguesa mestiça, conhecida por 'Preta Fernanda', escritora e toureira, célebre na época) com uma criança, simbolizando um futuro de liberdade e trazendo ainda no tornozelo as grilhetas da escravatura.

Fotografias: Júlio Marques.



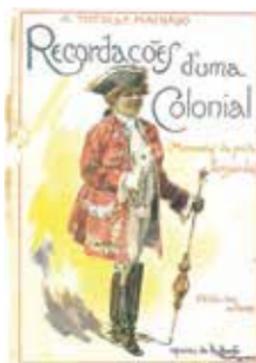
Circuito IV

Da Lisboa Colonial
à Lisboa da Liberdade



Virgínia Quaresma, nasceu em Elvas, em 1882, sendo considerada a primeira mulher jornalista portuguesa. Licenciada pela Faculdade de Letras de Lisboa, numa época em que o acesso das mulheres à universidade era muito reduzido, esta portuguesa, que se viria a radicar no Brasil, onde seria distinguida pela sua produção jornalística, colaborou em jornais portugueses, como *O Século*, com reportagens de cariz político, sobretudo durante a Primeira República, tendo sido pioneira nos movimentos de defesa das Mulheres.

Arquivo Fotográfico do Jornal "O Século". Documento cedido pelo ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.



Fernanda do Valle, pseudónimo literário de Andresa do Nascimento, conhecida por 'Preta Fernanda', nascida na Ilha de Santiago (Cabo Verde), portuguesa mestiça, escritora, presença constante de festas e de salões mundanos, era designada de forma desvalorizante pela sua natureza somática, como acontecia com muitos outros portugueses. Está aqui representada com um traje de cavaleira tauromáquica, sendo uma das primeiras a salientar-se nestas lides lúdicas. Esta aguarela de Alberto Sousa constitui a capa de um livro sobre a sua vida de sua autoria juntamente com A. Totta e F. Machado. Lisboa 1912.



Praça de Toiros de Algés, 1961.

Arnaldo Madureira,
Arquivo Fotográfico da C.M.L.



Busto de Faiança do Pai Paulino, da autoria de Rafael Bordalo Pinheiro (1894).

Museu Bordalo Pinheiro - C.M.L.



A ocupação militar de vastos territórios africanos, desde os finais do século XIX, num complexo quadro europeu de que um dos símbolos foi a Conferência de Berlim (1884-1885), marcou não só as escolhas políticas portuguesas, como as relações de Portugal com África, tendo conduzido à consolidação de uma situação colonial, que retirou aos africanos as suas autonomia e hegemonia seculares.



Gungunhana. O chefe nguni Gungunhana apareceu no horizonte português dos finais de Oitocentos, marcados pelas ‘campanhas de pacificação’. Durante várias décadas, a figura de Gungunhana – representado em diferentes suportes, da cerâmica à banda desenhada e aos livros de história e de histórias para crianças e adolescentes – constituiu a presença do vencido que servia para exaltar a figura e as duras proezas do vencedor. A monstruosidade do negro flectia perante a inevitabilidade da norma do branco. As duas canecas bojudas de Rafael Bordalo Pinheiro, de 1895, registadas como “Gungunhana antes” (senhor do seu poder), e “Gungunhana depois” (dominado por Mouzinho de Albuquerque), destinadas sobretudo às bebidas alcoólicas, lembravam o aspecto monstruoso e o gosto do chefe africano pelas bebidas fortes. Museu Bordalo Pinheiro - CML.





Circuito IV

Da Lisboa Colonial à Lisboa da Liberdade

Se a proclamação da República (1910) deu lugar a uma revisão da política colonial, sob pressão das duras críticas provenientes dos circuitos económicos europeus em relação à legislação do ‘trabalho indígena’, foi sobretudo o Estado Novo, que reforçou a ideologia colonial. Centrada nos ‘direitos históricos’ de Portugal em África, na singularidade do relacionamento dos portugueses com os Outros, sem a ‘mancha do racismo’, e na ‘missão civilizadora’, destinada a eliminar a ‘selvajaria’ dos africanos, esta ideologia forneceu a justificação da violência colonial. As conjunturas que se sucederam, introduziram algumas formulações novas, mas o essencial das ideias, mitos e representações iria permanecer durante quase todo o século XX, marcando a sociedade portuguesa e traduzindo-se numa reorganização ‘imperial’ dos espaços urbanos de Lisboa.



Portugal e as Colónias. Gravura de Rafael Bordalo Pinheiro publicada em 1902, em *A Paródia*. O choque entre Portugal e a Inglaterra provocado pela questão colonial suscitou muitas caricaturas, por vezes, pouco amáveis para o velho e caduco Portugal, aqui representado por um velho trôpego cercado por cinco mulheres, que não hesitam em fazer a corte a homens mais jovens e dinâmicos. Duas delas, as mais nutridas, Angola e Moçambique, já se separaram do resto do grupo, tentando seduzir ou deixar-se seduzir pelos dois machos inglês e alemão, que não dissimulam o seu interesse pelas “meninas”. O olhar de esguelha das outras três, deixa pensar que estão elas longe de se desinteressar! Deve reter-se a simbologia que faz das colónias portuguesas mulheres caricaturais e mulatas, que não hesitam em “arrastar a asa” aos colonialistas europeus.

Museu Bordoalo Pinheiro - CML.



Circuito IV

Da Lisboa Colonial
à Lisboa da Liberdade

12

Percurso 12: Pelos Caminhos do Império: de Belém ao Bairro das Colónias



2.1 Torre de Belém

2.2 Museu
de Arte Popular

A Lisboa imperial do século XX.
Fotografias: Shutterstock©.

12. Pelos Caminhos do Império: de Belém ao Bairro das Colónias



A zona de Belém foi grandiosamente remodelada para acolher a Exposição do Mundo Português em 1940: à Torre de Belém e ao Mosteiro dos Jerónimos vieram acrescentar-se o Monumento aos Descobrimentos Portugueses, a Praça do Império com os seus jardins, o Museu de Arte Popular e o Jardim Colonial, que constituem as principais modificações desse espaço urbano lisboeta.

2.3 Centro Cultural de Belém

2.4 O Mosteiro dos Jerónimos

2.7 Jardim Colonial, hoje Jardim Botânico Tropical.



2.5 Praça do Império



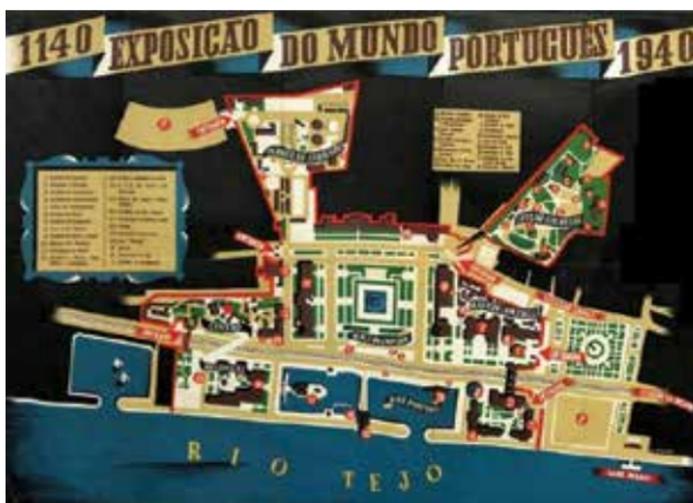
2.6 Padrão dos Descobrimentos



Circuito IV

Da Lisboa Colonial
à Lisboa da Liberdade

Para ‘mostrar’ o império aos portugueses, o Estado Novo organizou diferentes manifestações patrióticas, como colóquios, publicações, prémios literários, concursos escolares, cortejos e comemorações, exposições para públicos adultos ou jovens, que procuravam mobilizar a opinião pública para o projecto colonial, que levava a civilização ao continente africano, consolidando a grandeza da Nação. Os momentos auge centraram-se na organização de grandes Exposições: a Exposição Colonial do Porto (1934) e a Exposição do Mundo Português, em Lisboa (1940).



Cartaz da Exposição do Mundo Português, 1940. A Exposição do Mundo Português realizou-se em Lisboa, e procurou publicitar ao vivo, homens, mulheres e crianças, transportados das suas aldeias africanas e instalados em mini-aldeias, enquadradas em mini-paisagens, que ‘refaziam’ o habitat dos africanos. A busca dos registos e marcadores somáticos das populações acompanhava a descrição da fauna e da flora desses longínquos territórios africanos, suscitando um acolhimento entusiástico da população portuguesa.

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.



O cartaz relativo a esta última “Exposição do Mundo Português” realizada em Lisboa, no espaço entre o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, concretizou uma importante operação de requalificação urbanística, marcando o traçado urbano com uma malha reticulada e um edificado neoclássico que mostra, seguindo a moda dos regimes autoritários da época, o gosto pela imposição da ordem fascista e um edificado imponente. Nesta exposição as aldeias africanas foram instaladas no Jardim Colonial, (no mapa, em baixo à direita), hoje Jardim Tropical. As condições de instalação eram de tal forma precárias, que “os negros morriam como tordos de pneumonia” (Óscar Lopes, 2007).



‘Jardins zoológicos humanos’, como têm sido designadas, estas ‘aldeias’ privilegiavam a oposição entre o nu e o vestido. Os africanos deviam aceitar uma partilha que se fazia assim entre aqueles que se vestiam, não sem macaquear os brancos – cabo-verdianos, são-tomenses, raros guineenses, sobretudo os islamizados – e os que se mantinham “fiéis” à nudez, ou eram obrigados a manter o corpo quase nu como os angolanos, os moçambicanos e os “animistas” guineenses. Esta ‘aldeia’ da Exposição de 1940, mostra os bijagós da Guiné, entre os quais, uma mulher seminua penteando outra: trata-se de uma cena muito repetida nas imagens fornecidas aos portugueses, que permite sublinhar a preguiça dos pretos, sempre sem fazer nada, dedicando-se apenas às futilidades. A parilha formada pelos administradores e pelos missionários tornava-se, desta maneira, a única capaz de assegurar a mudança dos corpos e por isso dos comportamentos pouco ‘civilizados’ dos africanos.

O Primeiro de Janeiro de 02.07.1940. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.



Circuito IV

Da Lisboa Colonial
à Lisboa da Liberdade

A população portuguesa pôde assim contactar directamente com os africanos, observar os seus comportamentos atitudes, costumes “primitivos” legitimando o esforço civilizador português e admirando o exotismo destas ‘novidades’, ao mesmo tempo que muitas outras operações de divulgação do ‘selvagem’ e de ridicularização do africano contribuíam para consolidar a sua desvalorização racial, cultural, social.



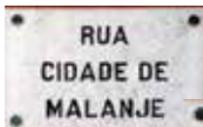
A entrada do Jardim com as Palmeiras, símbolo europeu do exótico tropical.

Fotografia: Carlos Duarte (Batoto Yetu Portugal).



Cabeças Africanas, concebidas e modeladas em cimento para a Exposição do Mundo Português, de 1940, representando os “indígenas” das colónias continentais Guiné, Angola, Moçambique, assim como os ‘naturais’ das colónias insulares, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, cujo estatuto era diferenciado pelas autoridades coloniais, graças à multissecular colonização portuguesa dos arquipélagos, que permitira criar populações mestiças, eliminando as marcas mais enselvejadoras de origem africanas.

Jardim Botânico Tropical. Fotografias: Júlio Marques.



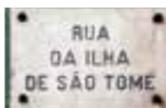
Mas outras zonas da cidade sofreram também uma evolução arquitectónica de modo a reforçar o facto colonial e a ideia imperial do Estado Novo. As grandes avenidas na zona norte da cidade, as casas mais faustosas dos ‘africanistas’ pagas com o cacau de São Tomé – na gíria o cacau significava o dinheiro –, o Bairro das Colónias, bairro modernista, construído a partir dos anos 30 numa das encostas da colina da Graça, no loteamento duma antiga quinta, que devia lembrar aos portugueses o seu império “de Minho a Timor”, constituem as novidades urbanas do século XX salazarista.

O Bairro das Colónias fixa as cidades do império.



De cima para baixo: Avenidas novas, Bairro das Colónias e novas construções. Em baixo, a Casa dos Estudantes do Império, autorizada em 1944 pelo regime salazarista para acolher os estudantes africanos, brancos, pretos ou mestiços, que se tornou num espaço de contestação ao colonialismo, vindo a ser encerrada em 1965.

Fotografia: Shutterstock©.



Placas toponímicas.

Fotografias: Júlio Marques.



Circuito IV

Da Lisboa Colonial
à Lisboa da Liberdade



O "Preto
carregador".

As diferentes maneiras de inferiorizar o Outro africano, preto ou mestiço, integrado em Portugal ou nas colónias, como os assimilados, eram visíveis nos textos e nas imagens banalizadas em Portugal através de jornais, bandas desenhadas, anúncios, uma vasta produção iconográfica, destinada a todos os portugueses, crianças, jovens e adultos. A população portuguesa, que tinha já uma intimidade secular com os africanos, marcada pelo preconceito somático (o preto) e social (o escravo), viu-se confrontada com uma nova visão destes homens e mulheres 'diferentes', onde o reforço do negativo era legitimado pelo poder político e pela 'ciência'. *"O trabalho é bom para o preto"*, frase corrente no passado... e ainda no presente!

O almoço do antropófago



O Almoço do Antropófago adquire todo o seu sentido graças ao comentário escrito. Mas saliente-se a representação caricatural do africano negro europeizado, através do vestuário e da forma de gestão do corpo: mesmo assimilado, não perdeu os caracteres congénitos de selvagem e antropófago. A ridicularização dos africanos constitui um dos marcadores violentos do colonialismo português, amplamente difundido na metrópole e também nas colónias.

Banda desenhada publicada em O Senhor Doutor, A I, nº 46, 27.01.1934. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

Rótulo de Rhum Velho Pretinha da Fábrica Vitória. As Publicidades das Bebidas Alcoólicas não podiam deixar de recorrer às representações de africanos. Na longa história do preconceito em relação ao africano, o gosto pelo álcool, do rum, ao licor, ao vinho, a bebida desenfreada, a bebedeira constante constituíam evidências da natureza selvagem, primitiva, irracional dos homens e das mulheres pretos e mulatos, que, aqui como em outras publicidades, são apresentados com os marcadores físicos e culturais que permitem uma rápida e significativa identificação.





Feitiço do Império.

Num filme que se passa essencialmente em Angola, António Lopes Ribeiro recorre às cerimónias rituais dos nguni de Moçambique, que os europeus traduziram em operações guerreiras cruéis desde os finais de Oitocentos. Aqui vistos em plongée, os nguni pretendem justamente pôr em confronto a natureza civilizada dos dois brancos e o carácter violento dos africanos, para quem a guerra seria não só uma actividade natural, festiva, lúdica, mas também, um meio de obter poder, riqueza e inimigos capturados destinados a ser comidos! A guerra colonial vai recuperar estes velhos mitos e classificar os africanos de terroristas – ‘os turras’ –, negando-lhes a sua verdadeira condição de combatentes.

*Cinemateca Portuguesa
- Museu do Cinema, 1940.*

Sabonete Arêgos....só falta metade.... Cartaz publicitário de 1917 que põe em evidência o choque somático entre os europeus e os africanos: a pele negra remete para as figuras diabólicas, embora possa ser não só atenuada, mas modificada, graças à utilização de um bom sabonete europeu. A ingenuidade carinhosa de uma criança branca, utilizando o sabonete Arêgos permite dissolver uma boa parte da negrura do “ridículo” africano, de laço e cartola. O sonho

do embranquecimento, já presente no teatro quinhentista vicentino, é reactualizado nesta publicidade, corrente na Europa da primeira metade do século XX.

*Empresa Técnica Publicitária, Film - Gráfica Caldevilla
Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.*

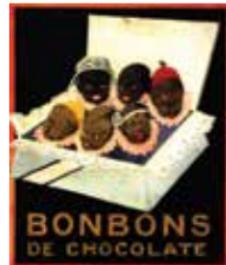


A ridicularização dos africanos assimilados constituía uma outra forma eficaz de dar conta da desvalorização dos africanos. Recorrendo aos mais diversos suportes informativos e lúdicos, como contos, poemas, anedotas hilariantes, bandas desenhadas, publicações de natureza científica, filmes e documentários, fotografias, cartazes e outras publicidades, o Estado fornecia aos portugueses as provas indiscutíveis da selvajaria africana – que atingia o seu ponto alto nas práticas antropofágicas –, incapaz de entender e copiar as normas do progresso tão generosamente facultadas pelos portugueses, do passado e do presente.

Bombons de chocolate. Esta publicidade

constituiu uma das grandes surpresas dos anos 1920, pois na caixa onde devia haver bombons, encontramos seis cabeças de criancinhas africanas, destinadas a ser comidas. Eis uma operação que, pretendendo sublinhar a graça dos “pretinhos” – atitude preconceituosa que transforma paternalisticamente as crianças africanas em objectos lúdicos – remete para a antropofagia dos brancos!

Colecção Empreza do Bulhão. Cortesia Puckgráfica - Higijarma.





Circuito IV

Da Lisboa Colonial
à Lisboa da Liberdade

13 Percurso 13: A Lisboa da Democracia, os Bairros Periféricos, os Novos Africanos



1 LISBOA
Zona J, Chelas - Marvila
Bairro do Condado - Marvila
Bairro do Armador - Marvila
Bairro do Casalinho da Ajuda
Bairro Padre Cruz - Lisboa

2 VILA FRANCA DE XIRA
Vialonga

3 LOURES
Quinta do Mocho
Bairro do Zambujal
Bairro de Camarate
Bairro do Catujal
Talude

4 CASCAIS
Bairro da Cruz Vermelha
Bairro do Fim do Mundo

5 OEIRAS
Alto dos Barrinhos - Carnaxide,
Alto da Loba - Paço de Arcos
Bairro do Pombal, Oeiras
Oturela/Portela, Oeiras
Talaide, Oeiras
Bairro dos Navegadores, Porto Salvo

6 AMADORA
Bairro da Cova da Moura - Buraca
Bairro do Pendão,
Bairro 6 de Maio
Casal da Mira

7 SEIXAL
Quinta da Princesa
Bairro da Jamaica
Vale da Amoreira

8 ALMADA
Bairro do Pica Pau - Monte da Caparica

13. A Lisboa da Democracia, os Bairros Periféricos, os Novos Africanos



Se o 25 de Abril de 1974 pôs fim à dominação colonial, liquidando a guerra colonial, permitiu também uma revisão da história das relações dos portugueses com a África, assim como dos preconceitos que as sedimentaram. Lisboa modernizou-se, o proibido e censurado do passado pôde emergir livremente introduzindo ideias e práticas urbanas inovadoras. As novas populações desafiaram a cidade, instalando-se por vezes, muitas vezes, sem atender às regras da urbanidade. Lisboa cresceu um tanto desordenada, colorida, misturando gentes e culturas que se foram integrando no espaço urbano e nas suas periferias.

O Portugal democrático abriu as portas da multiculturalidade: se velhas práticas culturais africanas continuaram visíveis, novas influências chegaram de África, por via quer dos portugueses retornados, quer das comunidades africanas que se fixaram no país, mantendo ou adaptando as suas formas civilizacionais. Muitas Africas se foram assim cruzando no país e com o país, permitindo inovações nos espaços da cultura, marcados pela criatividade africana.



A Cova da Moura, bairro africano da periferia de Lisboa, desenvolveu-se com a instalação de comunidades cabo-verdianas sobretudo a partir do início dos anos de 1970.



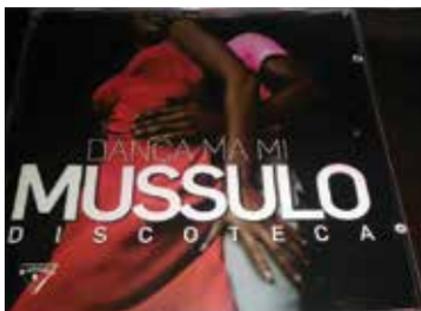
Circuito IV

Da Lisboa Colonial
à Lisboa da Liberdade



Fotografia: Júlio Marques.

Dança, Música, Culinária, Magia. Feiras, festas, festivais musicais, discotecas, restaurantes, mercados especializados, produtos alimentares e outras preparações culinárias – da moambo angolana, à catchupa cabo-verdiana, ao calulu são-tomense ou a caril tão moçambicano como indiano -, bem como um interesse mais exigente pelas ‘coisas’ de África, marcam hoje a sociedade portuguesa. A procura e oferta seculares da magia africana, hoje designada de astrologia africana mantém-se hoje uma actividade florescente. Os jornais diários de hoje não recusam esta publicidade crescente, como este pormenor de uma página totalmente consagrada a anúncios de astrologia. Registe-se a permanência destes especialistas do Além, que continuam activos, fazendo gentilmente distribuir os seus ‘cartões’ de publicidade a quem passar no Rossio.



Jornal O Correio da Manhã,
de 24 de Janeiro de 2011, p. 12.



*Estátua
ao trabalhador africano.*

*Fotografia: Ricardo Pereira (Batoto
Yetu Portugal).*



*A restauração: os novos
trabalhos dos africanos.*

*Fotografia: Ricardo Pereira
(Batoto Yetu Portugal).*

Os muitos quotidianos são hoje reveladores das mudanças e das permanências, das novidades e das transformações nos mais variados domínios da vida social. Mas alguns preconceitos e estereótipos organizam ainda a maneira portuguesa de olhar o africano, registando-se atitudes discriminatórias, consequência de uma longa história de relações inferiorizantes do Outro. A literatura e a língua portuguesas mantêm fórmulas correntes que tornam visível a inferioridade civilizacional dos africanos, remetendo através de vocábulos, de expressões metafóricas, de frases e de provérbios para a relação entre a condição somática dos africanos e as suas práticas culturais. Mas também as novas regras da globalização e a emergência de situações como a imigração de milhões de africanos que procuram, na Europa, um espaço de sobrevivência, constituem marcas de uma transformação que tarda a verificar-se.

Saliente-se uma dupla dura continuidade: o trabalho e a habitação. Ontem como hoje os africanos imigrantes mantêm-se ainda na esfera laboral mais dura e mais penosa, instalados nas periferias da cidade, vivendo frequentemente em condições de enorme precariedade. Sublinhem-se no entanto as modificações em curso com o aparecimento de novos trabalhos e de novas habitações que permitem melhorar os quotidianos africanos.



Circuito IV

Da Lisboa Colonial
à Lisboa da Liberdade

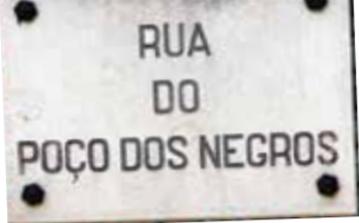
Práticas socio-culturais. Nos bairros de hoje, habitados por muitos africanos ou portugueses de origem africana, a população organiza as suas actividades lúdicas como o fizera no passado, criando ritmos e danças onde a África se entrelaça com outras formas culturais do mundo. O comportamento de uma senhora, vestida à europeia, transportando o bebé segundo as práticas africanas, bem como o interesse pelo desporto, os penteados africanos, são reveladores dos ajustamentos e das inovações nas práticas culturais.



Fotografias: Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).



Fotografias: Joost de Raeymaeker.



Também a toponímia, uma das heranças mais visíveis da secular presença africana em Portugal, homenageia em Lisboa homens e mulheres de África, registando as mudanças conjunturais que transformam em heróis de hoje, figuras outrora designadas de ‘terroristas’, esperando-se os tempos em que o passado africano da cidade possa ser resgatado e reconhecido na sua dimensão nacional.

Placas toponímicas.

Fotografias: Júlio Marques e Ricardo Pereira (Batoto Yetu Portugal).





Malangatana, O Dia das Oferendas, 2009. A força criativa do artista moçambicano, numa pintura realizada com lápis de cera sobre mármore de Estremoz.

MEMÓRIAS E ESTUDOS

Lugares de Memória em Lisboa: Museus, Coleções, Bibliotecas

AC - Academia das Ciências, Largo da Academia das Ciências.
www.acad-ciencias.pt

AF – CML - Arquivo Fotográfico de Lisboa, Av. Almirante Reis.
www.arquivomunicipal.cm-lisboa.pt

AHT - Arquivo Histórico Ultramarino, Calçada da Boa Hora, 30.
www.ahu.dglab.gov.pt

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal, Campo Grande.
www.bnportugal.pt

BPA - Biblioteca da Ajuda, Palácio Nacional da Ajuda,
Largo da Ajuda.
www.palacioajuda.pt

CMMA - Casa-Museu Medeiros e Almeida, Rua Rosa Araújo, 41.
www.casa-museumedeirosealmeida.pt

CP-MC - Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, Rua
Barata Salgueiro, 39.
www.cinemateca.pt

ANTT - DGLAB - Arquivo Nacional da Torre do Tombo,
Alameda da Universidade.
www.antt.dglab.gov.pt

FCFA - Fundação das Casas de Fronteira e Alorna ,
Largo de São Domingos, n.º1.
www.frenteira-alorna.pt

FRESS - Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva,
Palácio de Azurara, Portas do Sol, 2, ao Castelo.
www.fress.pt

GEO - Gabinete de Estudos Olissiponenses,
Palácio do Beau-Sejour, Estrada de Benfica.
www.geo.cm-lisboa.pt

HM-CML - Hemeroteca Municipal -Câmara Municipal de
Lisboa, Rua de São Pedro de Alcântara, 3.
www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/

JBT - Jardim Botânico Tropical, Antigo Museu Agrícola Colonial,
Calçada do Galvão.
www.museus.ulisboa.pt/pt-pt/jardim-botanico-tropical

MBP - CML - Museu Bordalo Pinheiro - Câmara Municipal de Lisboa, Campo Grande, 372.
www.museubordalopinheiro.pt

MC- CML - Museu da Cidade - Câmara Municipal de Lisboa, Campo Grande, 242.
www.museudacidade.pt

MF - Museu do Fado, Largo do Chafariz de Dentro nº 1.
www.museudofado.pt

MGM - Museu Geológico Mineiro,
Largo da Academia das Ciências.
www.lneg.pt/MuseuGeologico

MM - Museu de Marinha, Praça do Império.
www.ccm.marinha.pt

MMil - Museu Militar, Largo do Museu de Artilharia.
www.exercito.pt/sites/MusMilLisboa/Paginas/default.aspx

MNA - Museu Nacional de Arqueologia,
Mosteiro dos Jerónimos, Praça do Império.
www.museudearqueologia.pt

MNAA - Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes.
www.museudearteantiga.pt

MNAM - Museu Nacional de Arte Contemporânea
- Museu do Chiado, Rua Serpa Pinto, 4.
<http://www.museuartecontemporanea.gov.pt>

MNAz - Museu Nacional do Azulejo,
Igreja Madre de Deus, Xabregas.
www.museudoazulejo.gov.pt

MNC - Museu Nacional dos Coches, Avenida da Índia, 136.
www.museudoscoches.pt

MNE - Museu Nacional de Etnologia,
Avenida da Ilha da Madeira, Restelo.
www.mnetnologia.wordpress.com

MNT - Museu Nacional do Traje, Largo Júlio Castilho, Lumiar.
www.museudotraje.pt

SGL - Sociedade de Geografia de Lisboa,
Rua das Portas de Santo Antão, 100.
www.socgeografialisboa.pt

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO**, João, [de Buarcos], 1990, *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1522*. Edição de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa.
- BRASIO**, António, 1944, *Os Pretos em Portugal*, Agência Geral das Colónias, Lisboa
- CASTELO-BRANCO**, Fernando, 1990, *Lisboa Seiscentista*, Livros Horizonte, Lisboa.
- CASTILHO**, Júlio de, 1966 (3ª ed.), *Lisboa Antiga – Bairro Alto*, vol. V, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
____ 1948 (3ª ed.) e 1968 (2ª ed.), *A Ribeira de Lisboa*, vol. I e vols. IV e V, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- COELHO**, António, 2006, *Ruas e Gentes na Lisboa Quinhentista*, Caminho, Lisboa.
- COSTA**, Américo, 1929-1949, *Diccionario Corográfico de Portugal Continental e Insular*, 12 volumes, Livraria Civilização, Porto.
- FONSECA**, Jorge, 2010, *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*, Colibri, Lisboa.
- GUSMÃO**, Neusa M. Mendes, 2004, *Os Filhos da África em Portugal. Antropologia, multiculturalidade e educação*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- HENRIQUES**, Isabel Castro, 1993, “*L’Afrique dans l’iconographie coloniale portugaise*”, in BLANCHARD e CHATELIER, eds., *Images et Colonies*, SYROS/ACHAC, Paris.
____ 2009, *A Herança Africana em Portugal – séculos XV-XX*, CTT-Correios de Portugal, Lisboa
____ 2013, *Lisboa, Cidade africana. Percursos e Lugares de Memória da Presença Africana*, Marca d’Água, Lisboa. Com a colaboração de Pedro Pereira Leite.
- HENRIQUES**, Paulo, 2004, *Lisboa antes do Terramoto*, Editora Gótica, Lisboa.
- LAHON**, Didier, 1999, *O Negro no Coração do Império – Uma Memória a Resgatar*. Séc. XV-XIX, Ministério da Educação, Lisboa.

- LAHON**, Didier e **NETO**, M. Cristina, (eds.), 1999, *Os Negros em Portugal – Sécs. XV a XI*, Catálogo da Exposição, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- LIMA**, J. A. Pires de, 1940, *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal*, Livraria Civilização Editora, Porto.
- MARTINS**, J. P. de Oliveira, 1953, *O Brasil e as colónias portuguesas*, 1880, Lisboa, Guimarães Editora.
- MATOS**, Patrícia Ferraz de, 2006, *As Cores do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- PANTOJA**, Selma, 2011, *Negras em Terras de Brancas: as Africanas na Rede da Inquisição*, Brasília, Ed. UnB (Universidade de Brasília).
- PIMENTEL**, Maria do Rosário, 2010, *Chão de Sombras – Estudos sobre a Escravatura*, Colibri, Lisboa.
- OLIVEIRA**, Eduardo Freire de, 1885-1906, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Tomos II, VII, X, XII, XIII, XIV, XV, Typographia Universal, Lisboa.
- SANTANA**, Francisco, 1996, *Bruzas e Curandeiros na Lisboa Joanina*, Academia Portuguesa de História, Lisboa.
- SAUNDERS**, A.C.C.M., 1994, *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal (1441-1555)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1994. [1ª edição 1982].
- SEMEDO**, F. e **AGUALUSA**, J. E., 1993, *Lisboa Africana*, ASA, Lisboa.
- TINHORÃO**, José Ramos, 1988, *Os Negros em Portugal. Uma Presença Silenciosa*, Caminho, Lisboa.
- VASCONCELOS**, José Leite de, 1942, *Etnografia portuguesa*, vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa.

ÍNDICE

A CIDADE E SUA HISTÓRIA: O ESPAÇO, O TEMPO, OS AFRICANOS	3
---	---

CIRCUITO I

A LISBOA RIBEIRINHA: PODER, COMÉRCIO, LAZER

1 O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém	12
2 O Porto de Lisboa	16
3 O Terreiro do Paço hoje Praça do Comércio	20
4 Os Cais da Cidade e as Relações Sociais e Comerciais	24

CIRCUITO II

LISBOA DAS COLINAS E DOS QUOTIDIANOS POPULARES

5 Rossio, Largo de São Domingos e Praça da Figueira	32
6 Mouraria, Graça, Alfama: Práticas Sociais e Religiosas	38
7 O Campo de Sant'Ana e a Rua das Pretas. A caminho do Largo de Camões, do Chiado e do Bairro Alto	42

CIRCUITO III

O BAIRRO DO MOCAMBO, INVENÇÃO LUSO-AFRICANA

8 Percorrendo o Bairro Alto, Santa Catarina, o Poço dos Negros	50
9 O Mocambo e as suas Gentes	56
10 De Bairro a Rua. De Mocambo a Madragoa	64

CIRCUITO IV

DA LISBOA COLONIAL À LISBOA DA LIBERDADE

11 A Abolição das Escravaturas e a Desvalorização Científica dos Africanos	70
12 Pelos Caminhos do Império: de Belém ao Bairro das Colónias	78
13 A Lisboa da Democracia, os Bairros Periféricos, os Novos Africanos	86

MEMÓRIAS E ESTUDOS

LUGARES DE MEMÓRIA EM LISBOA: MUSEUS, COLECÇÕES, BIBLIOTECAS	93
---	----

Bibliografia	95
--------------	----

Agradecimentos:
Carlos Duarte
Inês Luz
Inês Pinto
Joost de Raeymaeker
Júlio Marques
Ricardo Pereira

Título

Roteiro Histórico de uma Lisboa Africana | Séculos XV-XXI

1.ª Edição

2019

Tiragem

500 exemplares

Autoria e pesquisa documental

Isabel Castro Henriques

ISBN

978-989-685-103-3

Depósito Legal

457710/19

Design e infografias

Dinamene Rodrigues

ACM, I.P. - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Rua Álvaro Coutinho, 14

1050-025 Lisboa

218 106 100 / 218 106 117

acm@acm.gov.pt

www.acm.gov.pt

Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

